



Anais da Assembléia

Nº 11

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1978

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Squarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Wilson Fortes (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requerem o registro, na ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de profundo pesar pelos falecimentos dos Engenheiros da COPEL, Roberto Anrain, Michel Reydans e André Luiz Arruda Bagniewski, bem como do piloto da "Votec", Antônio Fontes, vitimados no acidente com o helicóptero em que viajavam a serviço, ocorrido em data de ontem, junto ao canteiro das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, no Município de Bituruna.

O fato, profundamente lamentável, não só vem enlutar os lares das vítimas, que choram a perda de seus entes queridos, como também é motivo de consternação da sociedade paranaense e, particularmente, da COPEL, pela estima, conceito e prestígio que muito justamente desfrutavam.

Requer-se, outrossim, uma vez aprovado o presente requerimento, se dê conhecimento do mesmo às ilustres famílias enlutadas, bem como à COPEL, enviando-se-lhes ainda, por telegramas, as condolências desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(aa) Domício Scaramella, Renato Bernardi, Antônio Facci, Valter Pietrângelo, Rosário Pitelli, Gilberto Carvalho, Waldenício Barbalho e Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta Capital, do Senhor ESTELIANO PIZZATTO, ocorrido dia 13 próximo passado.

Atleta exemplar, Conselheiro por longos anos do CORITIBA FOOT BALL CLUB, exerceu as funções de Presidente do Conselho Deliberativo, função na qual demonstrou todo seu amor, bem como a de Atleta Profissional, além de Industrial e Empresário de sucesso nesta Capital.

Requer outrossim, que seja enviada cópia do inteiro teor do presente à família enlutada, à Rua 13 de Maio, Edifício Araucária, bem como ao Senhor Evangelino da Costa Neves, Presidente do Conselho Diretor do Coritiba Foot Ball Club.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento dos Engenheiros ROBERTO ANRAIN, MICHEL REYDANS e ANDRÉ LUIZ ARRUDA BAGNIEWSKI.

Três homens, brilhantes funcionários da COPEL, tragicamente desaparecidos em lamentável acidente de helicóptero na obra da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, onde exerciam com raro zelo e dedicado amor suas funções profissionais.

Requer outrossim, que sejam enviadas cópias de inteiro teor do presente às famílias enlutadas, à Diretoria da COPEL, na pessoa de seu Presidente, bem como à Fundação dos Funcionários da COPEL.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento dos Engenheiros ANDRÉ LUIZ ARRUDA BAGNIEWSKI, MICHEL REYDANS e ROBERTO ANRAIN, e do Comandante ANTÔNIO FONTES, ocorrido ontem, quando em serviço de inspeção, o helicóptero que viajavam caiu no canteiro de obras da Usina de Foz do Areia, ocasionando irreparável perda, não só para seus familiares, como também para o Paraná, face à dedicação que estes homens sempre demonstraram em prol do desenvolvimento de nosso Estado.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado conhecimento às famílias enlutadas e à Diretoria da COPEL.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OALES JORGE DE ALMEIDA, ocorrido ontem, em Curitiba.

O acontecimento consternou o vasto círculo de amigos que o falecido formou durante seus 82 anos de profícuas

atividades, notadamente na cultura da terra no Município de Sengés.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, constituída pelas Senhoras Adélia Jorge Branco, casada com Jair Branco, Judith Jorge dos Santos, casada com Altamiro dos Santos e Ondina Jorge.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvido o Plenário, digne-se a douta Mesa encaminhar ao Exmº Sr. Ministro da Justiça, expediente consubstanciando sugestão no sentido de ser procedido o reexame da decisão que estabeleceu em 80 quilômetros horários, o atual limite e único de velocidade nas rodovias do País, para o fim de se fixar velocidades diferentes para caminhões, ônibus, e demais veículos e motocicletas.

Fundamentou-se o Governo, para fixar o atual limite máximo de velocidade, na necessidade de ser sensivelmente diminuído o consumo de combustível, bem como reduzido o alarmante número de acidentes que vinham ocorrendo nas rodovias do País.

Não obstante, as razões ponderáveis, invocadas, a medida em vigor, no entanto, além de não ter contribuído para atingir plenamente os fins previstos, tem dificultado sobremaneira, o tráfego nas rodovias e tornando morosas as viagens, uma vez que se tornam difíceis as ultrapassagens, por desenvolverem todos igual velocidade. Daí a sugestão que ora tomamos a liberdade de apresentar à elevada consideração do Exmº Sr. Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja concedida licença sem vencimentos por trinta (30) dias, a partir do dia 20/03/78, para tratar de assuntos particulares.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Aragão de Mattos Leão

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmº Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a aceleração da conclusão das obras de pavimentação da rodovia que liga Palotina a Terra Roxa, o que dará ligação da Rodovia 277, em Cascavel, via Toledo - Palotina a Guaíra, na 323, ligando ainda ao Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Alfredo Gulin

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada que facilitará a ligação entre duas regiões do nosso Estado, ou seja, o Oeste Paranaense ao Noroeste do Estado, e isto contribuirá de forma significativa para a circulação das riquezas, além de poupar tempo e combustível àqueles que desejarem se deslocar do Oeste ao Noroeste do Estado.

Sendo pois, uma estrada tão importante à nossa economia, necessário se faz seja acelerada a sua conclusão, entregando-a logo ao tráfego.

Pedimos pois, aos ilustres Pares, o apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Exmº Sr. Dr. SAUL RAIZ, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, e aos órgãos acima mencionados, no sentido de que reconheçam as ASSOCIAÇÕES DE MORADORES existentes nos núcleos habitacionais, como entidades oficiais de representação e defesa dos moradores, estudando com mais carinho suas reivindicações.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

Todos os núcleos habitacionais, construídos e mantidos pela COHAB, INOCOOP e COHAPAR, através do Banco Nacional de Habitação, ao serem inaugurados, a primeira preocupação destes órgãos está justamente na fundação de suas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES e na formação de suas Diretorias. Após a fundação destas ASSOCIAÇÕES, são elaborados seus estatutos, e os mesmos registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, para que os mesmos tenham suas legalidades jurídicas perante as autoridades, e possam através de suas Diretorias, fazerem suas reivindicações. Acontece, que estas entidades não vêm sendo reconhecidas como verdadeiro órgão de representação e defesa de seus filiados, fazendo com que os membros de suas Diretorias caiam no ridículo e passem a ser desacreditados dentro de suas comunidades. Mesmo depois de lutarem para conseguir alguma benfeitoria para seus núcleos, através de ofícios e requerimentos, não recebendo sequer uma resposta dos mesmos, numa demonstração de desconhecerem por completo suas existências. Se compararmos o número de habitantes de muitos destes núcleos habitacionais, com o número de habitantes urbanos de muitos municípios do interior do Estado, chegaríamos a uma conclusão de que elas deveriam receber por parte da prefeitura e de suas autarquias, o mesmo tratamento que é dispensado por parte do Governo do Estado a estas prefeituras. As ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, só não enfrentam as reclamações para conservação de estradas, pois todos os problemas existentes dentro de uma pequena cidade, também existem nestes núcleos. Temos pleno conhecimento e somos solidários de que o Sr. Prefeito Municipal e seus Diretores, de autarquias, não podem estar ao par de todos os problemas que surgem nos bairros de uma cidade, como é a cidade de Curitiba, mas se aceitarem e reconhecerem estas ASSOCIAÇÕES, como entidades e órgãos de representação de suas comunidades, estarão angariando um grande número de pessoas que somente querem levar para dentro de suas comunidades, o bem estar para si, seus familiares e seus amigos, numa demonstração de que os problemas existentes, não são problemas únicos e exclusivos dos que governam o município, mas sim problemas que eles, também, devem ajudar a solucionar, através de reivindicações e sugestões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após a aprovação do Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja instalado, com emergência, um POSTO DE SAÚDE no DISTRITO DE BELA VISTA DO IVAÍ, no Município de FÊNIX.

Distante da sede municipal aproximadamente 12 quilômetros, o Distrito de Bela Vista do Ivaí possui população acima de 2.000 (dois mil) habitantes e a grande maioria constituída de colonos sem recursos, para se locomoverem até a Unidade Sanitária, instalada em Fênix.

Bastante carentes de atendimento médico-sanitário, os habitantes do Distrito de Bela Vista do Ivaí, estão praticamente

abandonados pelo Poder Público, nesse setor. E acreditamos, que o Sr. Secretário de Saúde e do Bem Estar Social, haverá de conceder prioridade para a execução do benefício.

A urgência na instalação do POSTO DE SAÚDE no Distrito de Bela Vista do Ivaí, foi defendida no Legislativo do Município de FÊNIX, pelo atuante vereador Cícero Vieira Feitosa, através de pronunciamento e da Indicação nº 11/78, aprovada por unanimidade naquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita após ouvido o Plenário, seja oficiado ao DNER, informações sobre a situação em que se encontra o projeto para asfaltamento da estrada que liga Goioerê a Iporã, passando por Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 22/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — O atual Distrito Administrativo de Garuva, Município de Guaratuba, passa a denominar-se "PEDRA BRANCA DO ARARAQUARA".

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

Pela documentação que anexamos ao presente, integrada pela representação do Sr. Prefeito Municipal de Guaratuba, aprovada pela Câmara Municipal, através do Decreto Legislativo nº 01/77, temos que tal modificação denominativa do atual Distrito Administrativo de Garuva, se enquadra nas normas legais previstas pela Lei Complementar nº 02, de 18 de Junho de 1973 — Lei Orgânica dos Municípios.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o integral apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste Plenário, a presença do Sr. Cícero Vieira, Vereador da Câmara Municipal de Fênix.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Recebemos com profunda decepção, a decisão do ilustre médico Dalton Paranaçu. Político de valor incontestável, testado na vida pública e nas urnas. Como Prefeito de Londrina, deu sobejas provas de amor à causa municipalista e como Secretário de Estado, prestou inestimáveis serviços à comunidade paranaense.

O ex-pretendente à Senatoria, tem a nossa integral solidariedade aos conceitos emitidos a respeito da posição assumida pelo Tenente Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, e da apreciação que fez, condenando o regime de força em pleno vigor.

Só não poderemos concordar com os motivos de sua desistência do futuro pleito eleitoral, porque muito acima das suas ou das nossas frustrações, decorrentes do regime ditatorial vigente, está o dever patriótico e indeclinável, de lutarmos pela liberdade, pela democracia e pela volta ao País, ao verdadeiro

estado de Direito.

Participar da vida política, como incentiva o Tenente Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, com sacrifício de sua liberdade pessoal, e mais recentemente o renomado advogado, Sobral Pinto, e o eminente jurista, Pontes de Miranda, ambos ilustres brasileiros octogenários, que repudiam com admirável coragem os atos de exceção em prática no Brasil, isso não é, data vênia, coonestar o regime. Não participaríamos desse jogo espúrio, para satisfazer interesses pessoais. Entendemos, ao contrário do que pensa o ilustre político desistente, que a participação constitui exemplo formidável de luta pacífica, com as armas do direito, que um dia haverão de vencer, porque não temem o direito da força, representada pelas baionetas caladas. "As majestades da força nunca me inclinei. Mas sirvo às do direito. Sirvo ao merecimento. Sirvo à razão. Sirvo à lei. Sirvo minha Pátria." Está no livro de Ruy: "A Questão Social e Política no Brasil".

Só o político egoísta e acomodaticio, encontra razão para abandonar a luta na hora mais crucial da Nação Brasileira. Participar é a ordem aos políticos, ditada pelo coração e pelo bom senso dos verdadeiros democratas. Haveremos de fazê-lo, disputando o voto popular, se nos for permitido. Não temos inclinação para vivermos eternamente mergulhados na ditadura que se instalou no País e muito menos para aceitar, em paz, a tranquilidade do lar de mãos dadas com o silêncio e a covardia.

Preferimos, seguindo o grande exemplo dos bons políticos militantes, proscritos, cassados, heróis vivos ou desaparecidos, civis e militares que fizeram e continuam escrevendo magníficas páginas da história desse maravilhoso País, continuar empunhando a "Bandeira da verdade até agora enrolada na conveniência dos políticos amedrontados", no lapidar dizer do mestre Sobral Pinto.

Dilacerada a alma, de que vale a intezra física do corpo?

Reverenciamos pois, transbordantes de entusiasmo, de patriotismo e de amor à democracia, os banidos, os proscritos, os violentamente cassados, os heróis vivos ou mortos".

"O esforço dispendido por aquele que procura a justiça, não é nunca infrutífero, ainda que sua sede fique por saciar.

Bem aventurados aqueles que têm fome e sede de JUSTIÇA!"

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência tem a honra de anunciar a presença, neste recinto, do Deputado Federal, Álvaro Dias.

A Presidência tem a honra de anunciar a presença, neste recinto, e que se faz acompanhar do Deputado Erondy Silvério, do Prefeito de Imbituva, Diogo de Almeida.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que me traz hoje à tribuna, foi uma notícia estampada no jornal "O Estado do Paraná", edição de 04 de março de 1978, sob o título: "Canet, conhece o Paraná?"

Bem, todos que militam nesta Casa sabem do respeito, do apreço que tenho pela imprensa. Da convivência amiga que nós tivemos sempre com os Srs. representantes da imprensa desta Casa. Porque nós conhecemos perfeitamente, e sabemos da importância da divulgação de tudo o que os Srs. representantes do povo fazem neste Legislativo.

Não fora a imprensa, este Poder seria uma rua de mão única, sem retorno, sem ressonância junto à opinião pública. Mas, às vezes, nós temos que, lamentavelmente, discordar, não dos profissionais da imprensa que labutam nesta Casa, mas das diretrizes políticas de determinados órgãos de imprensa. E nada mais injusta do que a notícia publicada no jornal "O Estado do Paraná", jornal que, como disse, é um dos mais conceituados de nossa terra. Jornal que tem a dirigí-lo, um grande homem público, o ex-Governador Paulo Pimentel. Mas, seguindo a sua linha política, o jornal investe injustamente contra o Governo do Paraná, responsabilizando-o pela queda de uma ponte que passa

sobre o Rio Imbituva, que liga os Municípios de Imbituva a Teixeira Soares.

Mas a responsabilidade, evidentemente, não é do Governador Jayme Canet Júnior ou de sua equipe administrativa. Porque a ponte é uma obra municipal resultante de um convênio firmado pelo Prefeito de Teixeira Soares, e este grande jovem e grata revelação política do Paraná que é o Prefeito de Imbituva, Dr. Diogo Emanuel de Almeida, cuja administração vem honrando, sobremaneira, o povo imbituvense.

E o Governador, se pecado teve no episódio, foi colaborar com o povo desses dois municípios, colaborar no sentido de ajudar dois municípios pobres, situados num dos bolsões de sub-desenvolvimento do Estado, a executar uma obra pública cujo montante seria quase que proibitivo, aos cofres municipais de Imbituva e Teixeira Soares.

E o Governo, através da sua Secretaria dos Transportes, através, mais precisamente, do Departamento de Estradas de Rodagem, aquiesceu e determinou que participasse do convênio, entre os dois municípios, fornecendo, através dos meios legais, auxílio para que aquela obra fosse executada.

Mas, lamentavelmente, a obra ainda não estava concluída, quando a imprudência — este é um fato que ninguém pode prever, ninguém pode proibir — de um motorista que dirigia uma pesada carreta, com um peso muitas vezes superior ao que suportaria a estrutura da ponte, já que a ponte era uma ponte de madeira, sobre o Rio Imbituva, e é evidente que esta ponte não suportou o peso, provocou a queda da ponte, e a ponte ruíu.

Mas, e daí?

Quantas pontes, neste País, não vão, ou não foram por terra? Agora, ainda, a Rodovia Rio-São Paulo não ficou interrompida por uma semana, paralisando os dois maiores centros comerciais do País, Rio/São Paulo? Por quê?

Porque uma ponte ruíu!

Quantas e quantas pontes, neste País e neste mundo não vão por terra? Sem que isto constitua um crime? São apenas acidentes que acontecem em todas as administrações!

Por isto eu achei de meu dever vir a esta tribuna, para tentar reparar a injustiça, e anunciar à Casa e ao povo dos dois municípios que, a ponte, graças ao dinamismo, graças à visão administrativa do Prefeito Diogo de Almeida, já está sendo construída e agora, sim, em concreto, para suportar não uma carreta, mas, muitas carretas carregadas do ouro deste Paraná, que são os produtos da sua agricultura, do homem do campo, e neste aspecto, Imbituva já vem despontando como um dos grandes produtores que vem auxiliando não só o Paraná, mas, a própria Nação, a equilibrar a sua balança de pagamento, através do trabalho fecundo, do trabalho laborioso da boa e leal gente de Imbituva.

Eram estas as explicações que eu queria dar à Casa.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltando, anteontem, do interior do Estado, em contato com agricultores da nossa região do Vale do Ivaí, pude notar a preocupação da nossa lavoura, desses agricultores que trabalham dia a dia dando a sua grande contribuição para o desenvolvimento do Estado.

Pretendia, hoje, endereçar um expediente ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Ministro da Fazenda, e o faremos no dia de amanhã, formulando um apelo para que socorram os agricultores neste momento difícil porque passam, depois desta estiagem, porque quando nós esperávamos melhor benefício, nos surpreende uma resolução publicada na "Folha de Londrina", em que era suspenso o GF, impossibilitando que as cooperativas

recebessem os produtos dos nossos agricultores e dessem o financiamento para que eles aguardassem melhor preço.

É sabido por todos nós que o soja que era colhido na média de 100, 120 sacas por alqueire na nossa região, hoje a colheita não chega a 50 sacas.

A esperança desses agricultores é a recuperação do preço. O soja tem Cr\$ 210,00, hoje. Não sei se S. Ex.^a o Sr. Ministro acha que deve ser entregue imediatamente às multinacionais, tirando a oportunidade desses pequenos agricultores segurar um pouco para que o preço compensasse esse prejuízo da estiagem. Vamos fazer um apelo para que volte o GF dando condições que as cooperativas possam receber esse produto e os agricultores, na hora em que julgarem conveniente desfazer de sua colheita, o soja e outros produtos.

Já sofrem os agricultores com o PROAGRO. PROAGRO, que não sei se não tomaram conhecimento da demora da resolução em que o Banco Central procura regulamentar, que quando é levado ao conhecimento dos prejuízos causados na lavoura, a demora de 6 até 8 meses, cobrando juros, atinge até quase 50% da cobertura que o PROAGRO deveria dar — 80%. Não está atingindo nem a 40% pelo prazo que se perde na espera desta indenização do PROAGRO. Isto vem acontecendo também com o café. O granizo, a chuva de granizo que ocorreu em novembro e em dezembro, em que certas regiões perdeu por completo o café novo plantado, café este que era financiado.

Senhor Presidente, estão os cafeicultores aguardando a cobertura do PROAGRO e até agora a informação que temos do Banco Central, é que se espera uma regulamentação.

Sabemos nós que em maio fecha o financiamento para café e se demorarem a cobertura do PROAGRO para que os cafeicultores possam concluir este débito junto às agências financeiras, aos Bancos para pleitear novo financiamento e nova vez, plantar o café. Se vier depois de maio, nada mais resolve ou simplesmente, cobrirá este financiamento feito até agora mas, impossibilitará de novo plantio de café.

Vemos também em certos municípios que preciso elogiar, alguns municípios por onde passei, como por exemplo, Quinta do Sol, onde o Prefeito colocou funcionários da Prefeitura para fazerem o cadastramento do INCRA sem qualquer despesa aos agricultores; quando nós viemos de outras localidades, agricultores tendo que recorrer aos escritórios e pagando para preencher esta guia. Este agricultores já vêm sofrendo, já vêm passando dificuldades. Precisam ter uma cobertura pelo menos nesta hora em que vai fazer a declaração daquilo que possui.

Por isso quero cumprimentar o Prefeito de Quinta do Sol e ontem ouvi a notícia de que também Barbosa Ferraz estaria coordenando junto a professores para que gratuitamente fossem preenchidas essas guias.

Amanhã voltaremos, trazendo um expediente a Ss. Ex.^{as} Ministros da Agricultura e da Fazenda, fazendo este apelo para que volte o GF, possibilitando financiamento aos agricultores. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Casa tem em fase de processamento, uma CPI que visa buscar as causas da criminalidade.

As manchetes dos jornais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão sendo acompanhadas; com inusitado interesse, nesses dias, por um momentoso caso criminal acontecido na Capital Paranaense que envolve a figura de um grande empresário deste Estado.

Não me traz, aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, interesse em saber quais sejam os implicados do crime e as possíveis vítimas mas, sim, toda a série de especulações que vêm se desenvolvendo em função das investigações, averiguações sobre esse

crime.

As manchetes de jornais são por demais claras e até estarrecedoras; denúncias diretas de que as investigações vêm se processando em verdadeira marmelada, ocorrendo "chuncho" nas investigações, conforme acusações incisivas de advogados que estão trabalhando no caso.

A manchete de hoje, por exemplo, de um jornal — O DIÁRIO DO PARANÁ — é por demais incisiva: — "Laudo falso causa escândalo na Polícia".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A CPI da criminalidade, tem interesse em descobrir toda a complexidade e gama dos múltiplos e vários fatos que influenciarão ou influenciam a criminalidade, não, apenas, do criminoso em si, mas, Sr. Presidente, até como aquele criminoso que está acima de qualquer suspeita, que é o pior e o mais grave — o próprio agente encarregado das investigações. E esta Casa, este Poder, não pode abrir mão da obrigação que tem de fiscalizar. Portanto, quando em manchetes de jornais, nossa Polícia é acusada de corrupção; quando em manchetes de jornais, notícia de que foi dado dois milhões e duzentos mil cruzeiros para despistar as investigações, para que essas fossem conduzidas por outro caminho, a fim de sonegar a verdade da Justiça, fazer com que alguém seja protegido e não seja punido; Sr. Presidente, está havendo uma verdadeira deturpação do princípio legal de que todos devem ser iguais perante a lei. Se é o caso de um grande industrial, com somas fabulosas de dinheiro, parece e, a opinião pública é levada a acreditar naquele ditado que diz que quem tem dinheiro, não vai para a cadeia. Cadeia é feita para ricos e para pobres. Não é possível que as autoridades, acredito eu, se deixem levar a uma corrupção tão vergonhosa, como noticiam os jornais.

Então, para proteger, Sr. Presidente, a lisura de homens honestos que até são envolvidos nessas manchetes, tomei a iniciativa, Sr. Presidente, de requisitar à CPI da Criminalidade, informações detalhadas da Secretaria de Segurança Pública, sobre esse caso, para que possamos, aqui, da Casa, então, saber da verdade; para que possamos, aqui, da Casa, se realmente a nossa Polícia estiver envolvida nessas acusações, tomar as medidas drásticas, saneadoras e disciplinares que se fazem necessárias.

Nosso requerimento, Sr. Presidente, está vazado nos seguintes termos: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso regimental de suas prerrogativas, requer manifestação do Plenário, para aprovar o seguinte **pedido de informações**, dirigido ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, vazado nos seguintes e expressos termos:

1 — A Secretaria de Segurança Pública, tomou alguma iniciativa no sentido de apurar as irregularidades policiais denunciadas pela imprensa, que envolvem elementos da Secretaria no caso do assassinato da Sr.^a Marinês Balbo Lemanski?

2 — Em caso positivo, em que consistiram tais medidas elucidativas e as conclusões a que as mesmas chegaram?

3 — Quais as providências adotadas pela Secretaria para responder as afirmações do advogado Mário Jorge, publicadas pelo jornal "Diário do Paraná", de 12 de março corrente, quando declarou: "Quando a polícia impede que o advogado fale com o preso e que até mesmo a sua mãe o veja, é porque tem "chuncho" (marmelada) e das grandes", além de ter complementado: "Podem escrever isso que eu assino".

4 — O encontro do acusado da prática do homicídio, Henrique Lemanski e dos Delegados Moupir do Amaral e Douglas Haquim, foi realizado com conhecimento da autoridade encarregada das investigações ou por iniciativa exclusiva dos implicados e dos que compareceram aos contatos com o criminoso?

5 — Seja enviado à CPI da Criminalidade, cópia autêntica de todas as diligências e medidas administrativas adotadas pela

Secretaria, bem como do inquérito policial que apura o homicídio, em especial dos laudos inquinados de falsidade e que visariam proteger os implicados.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A opinião pública deste Estado, nos últimos dias vem acompanhando com inusitado interesse, os lances sensacionais em que se desenrolam as investigações do crime em que se viu envolvida a família Lemanski, cujo "status", por si só, constitui em incomum interesse pelas crônicas policiais.

Acontece, que um ou talvez o principal ingrediente do sensacionalismo, não é o crime em si, mas toda uma série de situações atípicas que se desenvolvem. A imprensa já está mais preocupada não com o resultado da investigação criminal, mas com a atuação da autoridade policial encarregada da investigação. Acusações claras e incisivas de advogados, afirmando haver "marmelada e chuncho" na condução das investigações. Notícias de corrupção para falsificação de laudos periciais, inclusive com enumeração de importâncias pagas para proteger implicados, evitar que as investigações cheguem a fundo e até encontros suspeitos de autoridades policiais com acusados, constituem hoje, uma novela em que infelizmente parece envolver nomes respeitáveis de nossa organização policial.

Ora, tudo isso, além de comprometer a dignidade da autoridade policial paranaense — abertamente acusada de receber propinas para desviar a ação da justiça, vem causando na opinião pública a descrença na efetiva aplicação da lei.

Medidas devem ser tomadas e com urgência para a restauração da verdade, a fim de que o império da lei seja mantido e de que a "igualdade de todos perante a lei" se cumpra, para que não prevaleça o "ditado" de que "rico não vai para a cadeia".

Ao **Poder Legislativo**, não interessa saber quem são os culpados ou as vítimas, pois caberá ao Judiciário a elucidação e julgamento do caso, porém, não pode este PODER, abrir mão do dever de fiscalizar a atuação dos agentes do Estado, mormente quando gravíssimas acusações de corrupção e favorecimento, para impedir a ação da Justiça, passam a ser do conhecimento público e comprometem o bom nome e até a lisura de pessoas e instituições.

Objetiva o presente requerimento, conforme se insere de seu texto, buscar as informações necessárias, para que possa a Casa, opinar sobre elas, mormente agora em que se processa neste parlamento uma CPI da Criminalidade, cujo objetivo é tomar conhecimento perfeito das múltiplas e complexas causas que perturbam a tranquilidade social, pela atividade criminosa, seja dos delinquentes ou dos próprios agentes encarregados de combater a criminalidade."

— Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, no Pequeno Expediente, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nestes últimos meses a Assembléia tem sido motivo das atenções dos funcionários públicos estaduais. Está agora incumbida de estudar e aprovar o aumento do funcionalismo. Mas, em se tratando de funcionalismo, queremos lembrar nesta Casa, o absurdo que se comete com uma das partes do funcionalismo deste Estado. Trata-se dos fiscais da Secretaria de Finanças.

Há dois anos, denunciávamos aqui que a Polícia militar foi à caça, na faixa de fronteira, de contrabandistas; mas, os contrabandistas mais rápidos, fugiram. Conseguiram no entanto, punir humildes colonos, retirando deles as suas armas e até, e foi motivo de chacota, facas de mesa, a polícia retira das pacíficas donas de casa.

Denunciávamos, naquela oportunidade, que o filho de um fiscal, apenas contrabandeando cigarros, ganhava mais do que o pai. E paradoxalmente, se exige deste fiscal, ganhando

cerca de 2 mil cruzeiros, honestidade.

Este é o tipo de funcionário que muitas vezes é punido. Como se punem funcionários pequenos, vamos tentar desvendar um mistério para nós, através de um requerimento, o sobre a compra de três "trailers" para a Fiscalização do nosso Estado.

Temos em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fotocópia do Diário Oficial do dia 16 de janeiro deste ano, no qual consta o contrato de fornecimento de três "trailers", pela Firma "Caracol, Indústria e Comércio de Trailers Ltda." de nossa cidade.

Bastante longo este contrato, traz em sua cláusula primeira, as características desses "trailers".

Um tanto assustado pelo valor pago pela Secretaria de Finanças, por estes três veículos num montante de 1 milhão de cruzeiros, ou sejam, 333 mil, 333 cruzeiros e 33 centavos, procuramos em outra empresa vendedora desse tipo de equipamento, uma outra proposta que temos em mãos. E aí o nosso espanto, pois para o fornecimento de um equipamento com o dobro do tamanho, com capacidade para 6 pessoas, contra 4 pessoas do adquirido pela Secretaria de Finanças, com o equipamento de condicionamento de ar, ao contrário do adquirido.

A firma Sul Traller, Comércio e Representação Limitada, apresentou uma proposta de um equipamento, com todas as condições estipuladas no edital de concorrência, por apenas Cr\$ 185.390,00.

Fiscais que somos, em nome do povo que nos elegeu, sentimos na obrigação de apresentar à consideração desta Casa, um requerimento em que pedimos informações ao Sr. Secretário de Finanças, Dr. Jayme Prosdócimo, vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JAYME ARMANDO PROSDÓCIMO, M.D. Secretário de Estado das Finanças, solicitando as seguintes informações:

1 — Quais as firmas que participaram da licitação constante do Edital de Tomada de Preços nº 01/77, que tinha por objeto a aquisição de 3 (três) "trailers"?

2 — Quais os valores apresentados pelas firmas concorrentes?

3 — Qual o critério adotado pela Comissão encarregada da licitação para a decisão?"

— Junto, a justificativa necessária para que possa o Sr. Secretário informar a esta Casa, quais as razões pelas quais aquela Secretaria gastou cerca de Cr\$ 143 mil cruzeiros a mais na aquisição daquele equipamento.

(Lê): "Justificativa:

1 — De acordo com o Contrato de Fornecimento publicado pelo Diário Oficial datado de 16/01/78, foi emitida Nota de Empenho Global no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros);

2 — Se tal valor corresponde ao custo total da operação, cada "trailer" foi orçado em Cr\$ 333.333,33 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três cruzeiros e trinta e três centavos);

3 — Conforme proposta anexa ao presente, apresentada pela Sul-Traller, Comércio e Representações Ltda., datada de 25/01/78, para equipamento com características superiores, o custo é de Cr\$ 185.390,00 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e noventa cruzeiros);

4 — Face à diferença de Cr\$ 148.943,33 (cento e quarenta e oito mil, novecentos e quarenta e três cruzeiros e trinta e três centavos), é que solicitamos o presente pedido de informações."

— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrân-

gelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Os rumores de que o Estatuto do Pessoal Fisco-Arrecadador da Coordenação da Receita do Estado dão conta de que a matéria já está redigida pelo Governo desde o mês de outubro e novembro do ano passado, e, inclusive, as informações vão mais além, garantindo que aquela matéria já deveria estar em poder desta Casa, desde aquela época.

Em dezembro se informou que ela viria em janeiro.

Pois bem, estamos em meados do mês de março e continuamos a aguardar a boa vontade de S. Ex^a, o Sr. Governador para enviar tão importante plano de lei.

E mais ansiosos ainda, e já até com uma dose acentuada de desesperança, estão aí mais de 2 mil funcionários do órgão a aguardar que S. Ex^a se disponha a tomar uma atitude administrativa de fundamental importância.

Ora, Srs. Deputados, realmente, mais de 2 mil funcionários serão beneficiados com a aprovação do Estatuto do Pessoal Fisco-Arrecadador da Coordenação da Receita do Estado.

E esse atraso que nós consideramos injustificável, inclusive, chega até a ampliar a desatenção que existe do Chefe do Poder Executivo para com o servidor público estadual.

Chega a tal ponto o contrasenso do Poder Executivo que já chegaram até a apelidar a mensagem do Estatuto do Pessoal Fisco-Arrecadador, de "Conceição", lembrando aquela música bonita e saudosa cantada por Cauby Peixoto. Porque, todos sabem que existe, está pronta, prometida, mas ninguém sabe onde está, ninguém ainda a viu.

É claro que a mensagem deve estar engavetada com o Sr. Secretário de Finanças, ou na Assessoria mais direta do Sr. Governador, ou mesmo com o Sr. Jayme Canet, aguardando uma disposição emocional mais equilibrada para atender essa reivindicação, essa necessidade de grande importância para mais de 2 mil funcionários. Inclusive, é com emergência que se requer novos parâmetros de remuneração para o pessoal fisco-arrecadador.

Já no vizinho Estado de Santa Catarina, houve a adoção da matéria. Tanto é que o fiscal catarinense responde assim ao contribuinte que, para escapar de situações difíceis, tenta suborná-lo: "Não me suborne porque o Estado me paga muito bem".

De forma que, Srs. Deputados, propomos um requerimento com o seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador, solicitando urgência no envio a esta Casa, do ESTATUTO DO PESSOAL FISCO-ARRECADADOR, da Coordenação da Receita do Estado.

Mais de 2.000 (dois mil) servidores serão beneficiados, e aguardam com acentuada desesperança a remessa do projeto de lei ao Poder Legislativo, porque as informações dão conta de que desde o mês de novembro do ano passado o Poder Executivo concluiu a redação da matéria, e já deveria haver procedido o envio.

É um atraso injustificável, que vem ampliar a desatenção do Governo para com o funcionalismo. O contrasenso e a insensibilidade governamental chegou a tal ponto que o Estatuto do Pessoal Fisco-Arrecadador, recebeu o apelido de "CONCEIÇÃO"... todos sabem que existe, está pronto, prometido, mas ninguém sabe onde está, e ninguém viu.

É necessário com emergência estabelecer novos parâmetros de remuneração para os servidores da Coordenação da Receita do Estado. Enquanto o Governo paranaense adota nociva morosidade na adoção do Estatuto que poderá estabelecer um pouco de justiça ao enquadramento financeiro do Pessoal Fisco-Arrecadador, no vizinho Estado de Santa Catarina, a Legislação já foi adotada. Hoje, o fisco catarinense responde

assim, ao contribuinte que usa a tentativa do suborno: "Não me suborne porque o Estado me paga muito bem".

Solicitamos, dos eminentes companheiros a aprovação deste requerimento, para, quem sabe, tentarmos sensibilizar o Governador sobre essa morosidade realmente nociva.

Por outro lado, Sr. Presidente, encerrando minhas palavras, proponho um requerimento ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em apelo para que seja instalado, com emergência, o Posto de Saúde de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O tempo de V. Exª se esgotou e a Presidência lhe concede um minuto para concluir.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado... pedindo a aprovação dos Srs. Deputados para que possamos sensibilizar o Sr. Secretário. Mais de duas mil pessoas que vivem naquele populoso distrito que está distante mais de doze quilômetros da sede, é Fênix.

E a grande maioria desta população constituída de colonos, empobrecidos, apesar de serem trabalhadores, não têm condições de se locomoverem para chegar até a unidade sanitária e merecer o atendimento médico-sanitário.

Esta iniciativa foi aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores através de pronunciamento e indicação do atuante Vereador Cícero Vieira Feitosa, que aqui está presente.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, a minha passagem novamente pela tribuna é para tratar do assunto do aumento do funcionalismo público do Estado. E como prometi ontem, hoje trago uma sugestão para a Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou voluntariamente demissionário, desde a cassação do líder Alencar Furtado; mas encaminhando também, um requerimento, este sim à Mesa, pedindo a S. Exª o Governador do Estado, para que seja complementada a mensagem do aumento, pela qual propõe o reajuste de vencimento dos funcionários, fixando o salário-família nas mesmas bases do reajuste concedido pelo Governo Federal a seus servidores, ou seja, na ordem de 81 cruzeiros e não de 73, como propõe o Governo do Estado para o servidor do Estado.

Este é o espírito do requerimento que endereço a V. Exª. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado, sugerindo-lhe seja complementada a mensagem pela qual se propõe reajuste de vencimentos aos funcionários públicos estaduais, fixando-se o salário-família nas mesmas bases do reajuste dos servidores federais, ou seja, Cr\$ 81,00 (oitenta e um cruzeiros).

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978.

JUSTIFICATIVA:

Após demorados estudos procedidos por sua Assessoria, o Chefe do Poder Executivo houve por bem encaminhar mensagem a esta Casa, propondo reajuste de vencimentos "nas mesmas bases dos servidores públicos federais".

Ocorre, que aqueles servidores, além da majoração de 38% tiveram o salário-família fixado em Cr\$ 81,00 (oitenta e um cruzeiros), enquanto que idêntico benefício, na esfera estadual foi fixado em apenas Cr\$ 73,00 (setenta e três cruzeiros).

A distorção é mínima e poderá ser facilmente corrigida a tempo de ser introduzida essa pequena alteração no corpo do Projeto de Lei nº 12/78."

Por outro lado, o segundo requerimento tem a seguinte súmula: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada à douta Comissão de Constituição e Justiça, a seguinte sugestão de emenda ao Projeto de Lei nº 12/78:

"Substitua-se o art. 7º com a seguinte redação:

— Art. 7º — Os cargos em comissão do Estado, adiante discriminados, a partir de 1º de janeiro de 1978, passam a pertencer à simbologia numérica geral, denominada D.A.S. — Direção e Assessoramento Superior, com os vencimentos constantes do Anexo II:

DAS — 1 — Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado e Chefes das Casas Civil e Militar.

DAS — 2 — Sub-Chefes da Casa Civil, Diretores Gerais de Secretarias de Estado, Diretor da Polícia Civil, Diretor do Detran, Diretor Geral do D.E.R., Diretor do D.I.O.E., Diretor do D.E.A.M., Diretor do I.A.M., Diretor do I.B.P.T. e Superintendente do I.P.E.

DAS — 3 — Diretores Auxiliares do D.E.R.

DAS — 4 — Diretor Adjunto do D.I.O.E. e Diretores do I.P.E.

DAS — 5 — Chefes de Gabinete de Secretário de Estado, Chefes de Assessoria para Controle de Resultados, cargos de nível de atuação programática constantes do Anexo III, Diretor do DETO, Diretor do DAMI, Diretor do DEE e Assessores Técnicos Legislativo, Jurídico e Administrativo da Casa Civil e Secretarias de Estado."

Sala das Sessões, em 15 de março de 1978."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência pede desculpas ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino e convida o Deputado Alfredo Gulin para presidir os trabalhos, porquanto a Presidência vai recepcionar o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Coronel Perachi Barcelos, no Salão Nobre.

E pede desculpas a V. Exª pela interrupção e lhe devolve a palavra.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, requeiro a V. Exª a devolução do prazo porquanto nem comecei a expor o pensamento, porque, evidentemente, buscando o entendimento democrático que rege esta Casa, quero que V. Exª delibere sobre este meu pedido.

(Lê): "Justificativa:

O presente requerimento, que, a critério de V. Exª, poderá ser encaminhado diretamente pelas vias administrativas, dispensando-se, assim, a aprovação deste Plenário, tem por objeto servir de subsídio à douta Comissão de Constituição e Justiça, para que o Projeto de Lei nº 12/78, que ora tramita nesta Casa em regime de urgência, não seja retirado da Ordem do Dia após ser trazido a plenário.

A verdade, já irrefutável, é que a Mensagem Governamental nº 1/78 chegou a esta Casa com problemas de interpretação quanto ao conteúdo do seu artigo 7º, o qual, à primeira vista, "ACRESCE" (sic) ao Quadro de Pessoal do Poder Executivo, vários cargos em comissão, cuja despesa mensal seria superior a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

Todavia, após lermos atentamente o conteúdo da Mensagem, notamos que Sua Excelência, o Governador do Estado, afirma que, para esses cargos, seriam mantidos ou obedecidos os mesmos percentuais da majoração concedida aos demais servidores (38%).

Embora nem todos os cargos ali relacionados estejam abrangidos por essa afirmativa, o desvio desse intento é mínimo e o fato de passar desapercibido da acurada atuação programática da Assessoria prevista no Cadastro Organográfico Esquemáti-

co Organizacional da Governadoria do Estado (o organograma esquemático é nosso), parece-nos irrelevante!

A presente sugestão tem por escopo corrigir as distorções surgidas em razão do rebusqueio tecnocrático com que se redigiu o seu artigo sétimo, com amparo no texto do corpo da mensagem e em recente entrevista do Senhor Secretário de Recursos Humanos, na qual corrobora o fato de não estarem sendo criados novos cargos.

Por outro lado, no mais lúcido espírito de justiça, **também sem qualquer aumento de despesa**, pretendemos incluir nessa nova denominação, a principal assessoria de todos os Gabinetes, que é a Assessoria Jurídica, formada por Bacharéis em Direito, os quais, por atenderem diretamente a todos os Secretários de Estado, jamais poderão ficar marginalizados dentro da simbologia D.A.S.!

Não estamos sugerindo acréscimo nem transformação de cargos, mas, apenas, a adoção de nova simbologia, como nos parece ter sido a real intenção do Chefe do Poder Executivo, "data venia", mal traduzida na redação que se deu ao controvertido artigo sétimo do ante-projeto de lei que acompanhou a mensagem nº 1/78.

Ademais, o "caput" do art. 7º do ante-projeto reza: **"FICAM ACRESCIDOS NA SIMBOLOGIA NUMÉRICA DOS CARGOS EM COMISSÃO DO ESTADO..."**.

Isto quer dizer que, além das atuais designações ou simbologia, alguns ocupantes de cargos em comissão Símbolo 1-C adquiririam mais um Símbolo (D.A.S. — 5), que é pretendido e proposto pelo Governo.

E isto implicaria numa interpretação perfeitamente lógica, representada pelo acúmulo de vencimentos, principalmente em relação a cargos ocupados pelos chamados tecnocratas da área econômica, o que resultaria num aumento de despesas para o tesouro, da ordem de Cr\$ 455.000,00 mensais, somente para satisfazer o pagamento do pessoal descrito no Anexo III.

E isto não é forçar o raciocínio, pois, basta analisar o texto do ante-projeto conforme se apresenta no momento.

Procedida a modificação ora indicada, através da própria Comissão de Constituição e Justiça, nada obstará que o plano de lei em tela possa ser apreciado a tempo de se implantar nas folhas de vencimentos do mês de abril o tão aguardado reajuste, pois, o verdadeiro espírito da lei estará restabelecido".

Observe-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a minha propositura busca a inserção apenas neste designativo, neste "DAS 5", alcançando, também, as Secretarias de Estado.

Este é o espírito da minha proposição. E este requerimento que, a critério de V. Exª poderá ser encaminhado diretamente pelas vias administrativas, dispensando-se assim a aprovação deste Plenário, tem por objetivo servir de subsídio à Comissão de Justiça, para apresentar uma emenda ao projeto de aumento ao funcionalismo e que está nesta Casa, já tramitando em Regime de Urgência.

A verdade é irrefutável, Sr. Presidente. É que a Mensagem do Governo, ou, a Mensagem Governamental 01/78 chegou, nesta Casa, com problemas de interpretação quanto ao conteúdo do seu artigo 7, e que foi objeto de crítica, inclusive da imprensa, eis que, à primeira vista, acresce, ao quadro do pessoal do Poder Executivo, vários cargos em comissão, cuja despesa mensal seria superior a 500 mil cruzeiros, ou, aproximadamente, de 455 a 500 mil cruzeiros; todavia, após termos lido atentamente o conteúdo da Mensagem, notamos que Sua Excelência o Sr. Governador afirma que, na mesma, para esses cargos, seriam mantidos ou obedecidos os mesmos percentuais da majoração concedida aos servidores, isto é, 38%, embora nem todos os cargos ali relacionados estejam abrangidos por esta afirmativa, e faço questão de sublinhar — "O desvio desse intento é mínimo, e o fato de passar desapercibido da acurada atuação programática..." — vejam V. Exªs que tumulto cria nas nomenclaturas organograma do Estado "... programática da

assessoria prevista no cadastro organográfico esquemático organizacional da Governadoria do Estado".

Parece-nos irrelevante isto, Sr. Presidente, mas está escrito! Embora nós tenhamos adicionado algum sal com pimenta para melhorar um pouco o gosto da trituração destes termos! Passou controvertido o Artigo 7º do Anteprojeto de lei referente à mensagem de aumento. Ademais, leia-se, Senhor Presidente, — já em fase de conclusão — : Artigo 7º do Anteprojeto "Ficam acrescidos na Simbologia numérica dos cargos em comissão do Estado". Se ficam acrescidos, é porque são novos cargos e que poderiam estar cumulando funções e vencimentos. É esta a minha sugestão para a Comissão de Justiça. Isso quer dizer que além das atuais designações ou simbologia, alguns são cargos em comissão de Símbolo 1-C, adquiriria mais um símbolo DAS-5 que é pretendido e proposto pelo Governador do Estado.

Isto implicaria, numa interpretação lógica, representada pelo acúmulo de vencimentos, principalmente em relação a cargos ocupados pelos chamados tecnocratas, a área econômica, o que resultaria num aumento de despesas para o Tesouro do Estado na ordem de quatrocentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros, somente para satisfazer o pagamento do pessoal do escrito, Sr. Presidente, no Anexo 3.

E, para concluir, é isto. Isto não é forçar o raciocínio. Basta analisar o texto do Anteprojeto, conforme se apresenta "ipsis litteris". Através da Comissão, nada a obstará, que o plano de lei em tela possa ser apreciado a tempo de se implantar nas folhas de pagamento de abril o tão aguardado reajuste que o verdadeiro espírito da lei estabeleceu, estará restabelecido.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão é de que quando se enviem mensagens a esta Casa, e eu já tenho sido até crítico demais, porque a Assessoria do Governo do Estado, ou melhor, a Assessoria Jurídica, quase todas às vezes, faz as interpretações no sentido mais amplo, justamente, quem sabe, até para gerar confusões. É este o espírito da minha sugestão, para que se evite essas anomalias de interpretação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência tem a honra de anunciar a presença, neste recinto, do cantor Paulo de Paula, paranaense de Assis Chateaubriand, que se faz acompanhar do Deputado Edilson Alencar.

A Presidência tem a honra de anunciar a presença de José Richa, ex-Prefeito de Londrina.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pior do que a frustração da safra ou das safras do Estado do Paraná neste ano, será a frustração do lavrador paranaense, senão forem tomadas medidas urgentes em favor — já que não querem tomar em favor da agricultura do Paraná, que se tome em favor do homem da agricultura do nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tivemos a oportunidade de segunda-feira passada, há dois dias atrás, através do movimento sindical dos trabalhadores do Estado do Paraná, reunimos na cidade de Toledo, 82 entidades representativas da classe rural paranaense, sendo Sindicato de Trabalhadores, Sindicatos Rurais patronais e algumas Cooperativas, onde durante um dia todo, se avaliou os resultados que essas mesmas entidades, durante vários dias, buscaram junto a estes lavradores, para se ter uma análise real da situação agrícola do Estado do Paraná. Situação esta, hoje, bastante desestimuladora pela estiagem que assola o nosso Estado. E, para se ter uma visão realística de que, realmente, esta estiagem é grande, basta que se veja, hoje, no jornal, aqueles que não tiveram ou não têm oportunidade de ir a Foz do Iguaçu, basta que se veja as fotografias estampadas no jornal "O ESTADO DO PARANÁ",

onde é mostrado o Rio Iguaçu, até poucos meses atrás com sua pujança das cataratas maravilhosas, grandiosas, hoje, a maioria de suas quedas secas, onde, ao invés das águas que tanto maravilharam os visitantes que por ali passaram, hoje, somente as pedras estão à mostra.

Nós esperamos, inclusive, que esta semana, S. Ex^a, o Sr. Presidente da República, ao assistir o desvió desse mesmo Rio Iguaçu, tenha uma noção de que, realmente, a seca atingiu o Paraná; de ver que o Rio Iguaçu está muito aquém de seu limite máximo. Diz este mesmo jornal de que, nesses quarenta anos, o Rio Iguaçu nunca abaixou tanto. E, não é, somente, o Rio Iguaçu, aqueles que viajam ao Norte do Paraná, ou região Oeste do Estado do Paraná, que atravessam o Rio Piquiri, Rio Ivaí, podem notar que esses rios estão abaixo do nível normal que deveriam estar, numa época de seca.

Depois de se passar o dia todo, em que lavradores, dirigentes sindicais, dirigentes cooperativistas, numa análise fria e nós sentimos que muitos deles, ao exporem os prejuízos que esta seca causou, ao exporem a agonia, por que estavam passando, sem, na realidade verem medidas concretas, alguns deles, até com a voz embargada pela emoção, esperam uma solução que se não vier, evidentemente, nós sabemos que não poderá vir uma solução que resolva cem por cento os problemas da agricultura paranaense. Mas, que se resolva, pelo menos, parte desses problemas que a agricultura está atravessando, hoje.

Ainda, a "GAZETA DO POVO", de ontem, traz uma nota, uma avaliação da Secretaria da Agricultura que com aquilo que nós conversamos e com aquilo que temos na mão, não corresponde, na realidade, inclusive, os próprios lavradores assim o observam, não corresponde com a realidade, porque o índice de quebra em diversos produtos do Estado do Paraná, divulgado pela Secretaria da Agricultura, está aquém da realidade. Mas, mesmo com esse índice da Secretaria da Agricultura, mais de quinze bilhões de cruzeiros já se perderam neste Estado, aqui, no Estado do Paraná.

E, eu, às vezes, me pergunto — Se em vez de uma calamidade na agricultura, houvesse uma calamidade no comércio, na indústria, com prejuízos dessa monta, porque estamos falando, somente, nos prejuízos do Estado do Paraná e sabemos que no Estado de São Paulo, grande parte do Estado, também, teve prejuízos enormes; Sul do Mato Grosso, igualmente; Santa Catarina, igualmente; e, parte do Rio Grande do Sul, igualmente; não tanto quanto o Paraná.

Mas nós ainda não temos conhecimento de que mesmo nestes outros Estados, também a Agricultura tenha recebido alguns benefícios diretos e concretos. Então sim se percebe a discriminação que existe em cima da agricultura, quando em alguns casos se não semelhantes, mas que se pode ter como tal, que acontece no setor industrial e no setor do comércio.

Ministros se preocupam e visitam o Estado do Paraná, mesmo contribuindo com um prejuízo de mais de quinze bilhões de cruzeiros, como dizem os próprios dados da Secretaria da Agricultura, mais de 10% (dez por cento) da agricultura do Brasil este ano, na sua produção — e nós sabemos que o Paraná contribui com 25% (vinte e cinco por cento) de toda a produção agrícola brasileira.

Mesmo com 10% (dez por cento) em toda a produção nacional, nós não tivemos o privilégio e a honra de merecer a atenção do Sr. Ministro da Fazenda, de pelo menos se ele não pode vir ao Estado do Paraná, que mandasse uma comissão para, aqui no nosso Estado, avaliar realmente o que está se passando com a agricultura e com o lavrador do nosso Estado.

E nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda outro fato agravante. Todos nós sabemos como funciona o PROAGRO, aliás, há quem advogue até a mudança do "proagro" para "probanco", porque na realidade ele protege o banco e não o lavrador.

Em algumas localidades do Paraná, em que o soja está

a 5, 6 ou 7 sacos de produção por alqueire, o Banco só admite para cumprir com o PROAGRO, desde que haja uma colheita daquele soja. Onde os proprietários de ceifas, estão cobrando até um mil cruzeiros por alqueira pra colher 6,7 ou 10 sacas de soja.

Um absurdo, quando o próprio Banco poderia sentir que nas condições em que está, ou através de um seu funcionário ver da não necessidade da colheita daquele mesmo produto.

E passaremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados à leitura de um documento elaborado na cidade de Toledo, 2ª feira, e que foi encaminhado a S. Ex^a o Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Fazenda, ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Presidente do Banco Central e ao Presidente do Banco do Brasil, nos seguintes dizeres:

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex^a permite um aparte? (**Assentimento**). Deputado Lázaro Dumont, talvez fosse mais adequado apartear V. Ex^a após a leitura do documento. Mas conhecendo os seus princípios e o seu entendimento e a sua luta pela agricultura, eu tenho certeza que será uma peça de fundamental importância para a nossa agricultura.

Eu não ouvi o início do seu pronunciamento. Não sei se V. Ex^a já fez o registro realmente lamentável, da insensibilidade do desconhecimento, da distância que está o Sr. Ministro da Fazenda, dos problemas principalmente da nossa agricultura.

E, por sua vez, o próprio Sr. Ministro Allysson Paulinelli.

Ora, enquanto V. Ex^a afirma da tribuna que os prejuízos paranaenses vão a quinze milhões de cruzeiros, o Sr. Ministro da Fazenda vai aos jornais declarar que a ajuda do Governo não deverá atingir dois milhões de cruzeiros.

Nobre Deputado. Todo o Brasil conhece a estiagem fatídica que se abateu, principalmente, no nosso Estado. Aonde praticamente a metade da nossa produção foi dizimada.

Mas, eminente Deputado, V. Ex^a afirma que parece haver uma discriminação contra a agricultura. E eu vou mais longe, eminente Deputado. A discriminação governamental hoje atinge o setor educacional. É incrível o decréscimo que está a ocorrer no nível educacional do País; o desespero de quem deseja estudar, se instruir, se educar.

O Paraná, particularmente, que vive a implorar a S. Ex^a o Ministro de Educação, paranaense, que tenha coragem de dar uma solução ampla para as nossas Universidades interiores — a tese da federalização — eles divulgam a constituição de um grupo financeiro misterioso que não conseguimos entender.

Ora, a atitude discriminatória do Governo, a política econômico-financeira do País é um desastre, é uma corrosão que atinge a todos, com exceção de um grupo de privilegiados.

O que há com o Brasil?

V. Ex^a sai com seus filhos, sua esposa, numa avenida da cidade e se escandaliza ao se deparar com a permissividade e libertinagem que invadem este País. É a deteriorização da mente a invadir a mente dos cidadãos por permissão oficial; é a sexologia e a promoção de bandidos que o Governo permite através de revistas, de jornais, de outros órgãos de comunicação, com as raras e notáveis exceções.

Eminente Deputado, vou concluir porque o pronunciamento de V. Ex^a ainda é longo. Mas, devo-lhe dizer que tem o meu total apoio, o meu aplauso, a minha reverência pelo apelo que leva da tribuna, em benefício da nossa agricultura.

Acho, — e já enviei o meu telex a S. Ex^a o Sr. Presidente da República, — que se deva constituir até um Comando da Esperança que atue com emergência, para socorrer a lavoura.

Que prorrogação de prazos! Esta é conversa fiada que temos que repudiar.

O Governo tem que conceder anistia, que procurar caminhos diferentes com maior objetividade para a nossa política rural, que está a sustentar ainda este País.

Chega de piadas, de bobagens. Essa apreensão de economia de combustíveis que é uma brincadeira.

Eminente Deputado, agradeço a V. Exª pelo aparte concedido. Queira Deus que o Governo possa ouvir esse lamento e realmente se conscientizar desse problema que aflige o Paraná que está aí com quase cem mil (100) bóias-frias, cujo contingente tende a aumentar, exatamente pelo desemprego. E nem mesmo o proprietário, o fazendeiro, o sitiante não possui condição econômica de pagar o seu colono.

Bóias-frias. E nós, ainda estes dias, recebemos uma comunicação de Tapejara, de companheiros que estavam alarmados, porque pela cidade se propalava a ameaça de que bóias-frias, para tratar de seus filhos, estavam dispostos a invadir estabelecimentos comerciais.

Que Deus nos ajude e o Governo possa entender e encontrar os caminhos.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, passaremos, então, à leitura deste documento, para que fique gravado nos Anais desta Casa, de que um dos motivos que nos deixa até certo ponto entristecidos, é porque, na realidade, a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, está se movimentando, o Secretário, os seus assessores técnicos estão entrando em contato direto com as altas esferas do Governo Federal. Então é isto que nos entristece, porque não somente as entidades de classe, o próprio Governo do Estado do Paraná insiste e até hoje na realidade nada veio.

(Lendo): "A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ — FETAEP—, com a participação da COOPERATIVA AGRÍCOLA DO OESTE LTDA. — COOPAGRO —, da COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DO VALE DO PIQUIRI LTDA. — COOPERVALE — e de setenta e nove (79) Entidades, entre SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS e SINDICATOS PATRONAIS da região, órgãos representativos, lfidimos sob todos os aspectos, de mais de cem (100) mil produtores rurais, espalhados pelas regiões norte, oeste e sudoeste do Estado do Paraná, promoveu, como última tentativa de chamar a atenção do Poder Central, uma ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ, com o objetivo de efetivar uma avaliação real, sem fantasias, da situação da produção agrícola, devastada devido a estiagem que fatalmente veio extinguir praticamente a colheita, bem como para deliberar referentemente às medidas que devem ser tomadas, incontinenti, para amenizar o sofrimento de muitos agricultores e a miséria e penúria da grande maioria.

Com este pensamento, depois de recolhidos os dados de cada região, analisados, discutidos e feita a devida compensação, chegou-se à conclusão que houve a perda de pelo menos 60% (sessenta por cento) assim distribuídos: soja, quebra de 65% (sessenta e cinco por cento); arroz, quebra 90% (noventa por cento); feijão, quebra de 60% (sessenta por cento); milho, quebra de 65% (sessenta e cinco por cento); algodão, quebra de 50% (cinquenta por cento); café, quebra de 30% (trinta por cento).

Feita esta triste verificação e passados pela contundente realidade do Estado do Paraná, os representantes, repetimos, de oitenta e dois (82) órgãos de classes de agricultores, reunidos na cidade de TOLEDO, na Sede do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, chegaram à conclusão de que não poderiam mais aguardar as providências oficiais já prometidas ou veiculadas nos órgãos noticiosos mas sim endereçar um último e desesperado apelo ao Governo Central, na busca de uma solução que venha pelo menos minimizar os sofri-

mentos de nosso agricultor, sofrimentos cruciais e não merecidos, mesmo considerando que foram provocados, em parte, por força maior.

Em verdade, não merece o agricultor, sofrido pelo trato da terra, sofrido pelos desenganos de geadas, secas, chuvas exageradas, sofrido pelo fato de ser o preço mínimo, mínimo demais, sofrido pelo alto custo dos defensivos, insumos, maquinário etc. e até sofrido só pelo fato de ser agricultor, motivo suficiente para justificar o êxodo rural, pois hoje, com todos os problemas acima enumerados, não é fácil, com cinco ou seis alqueires, sustentar uma família; sendo agricultor, não merece, como se apresenta a triste verdade, ser tratado sem uma atenção justa.

Dizemos justa e não privilegiada, pois não é privilégio dar condições de trabalho a quem sempre trabalhou e quer continuar produzindo. Produzindo não para si tão somente mas para, com um todo, completamente engajado, contribuir com o progresso da Pátria, aliás, como de resto, sempre contribuiu com uma parcela significativa.

Com este pensamento, com esta realidade, com a última esperança, resolveu a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

a) Apoiar e tornar suas as reivindicações emanadas da ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ, consubstanciadas em memorial e como consta dos dezessete primeiros itens, abaixo transcritos:

- 1º — que se crie uma Comissão de Alto Nível, composta por técnicos do Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil e Comissão de Financiamento da Produção, para verificar "in loco" os problemas enfrentados pelos produtores paranaenses;
- 2º — que a cobertura do PROAGRO seja estabelecida na base e 100% (cem por cento) do valor realmente aplicado pelo produtor, no custeio de suas lavouras. Necessitamos de uma garantia real sobre a produção e não apenas cobertura de parte do financiamento da lavoura;
- 3º — que os juros incidentes sobre o custeio agrícola das lavouras frustradas cessem quando da elaboração do laudo de vistoria do PROAGRO. Caso não seja possível a tomada de tal medida, que cessem a partir do vencimento do contrato de financiamento;
- 4º — que sejam prorrogados e reescalados os financiamentos de custeio agrícola e investimentos para os produtores cujas lavouras foram sinistradas e dentro do percentual não coberto pelo PROAGRO;
- 5º — que sejam expedidas instruções aos Agentes Financeiros, no sentido de cobertura do PROAGRO, na cultura do trigo, em áreas que já tiveram três (03) frustrações seguidas, haja visto que, o Regulamento do PROAGRO prevê que com três (03) frustrações seguidas na mesma área, o produtor não será ressarcido em caso de nova frustração. Caso não seja tomada tal decisão, muitos agricultores deixarão de plantar o cereal;
- 6º — que sejam prorrogados e reescalados os financiamentos de investimentos e repasses realizados pelas Cooperativas Agropecuárias Paranaenses;
- 7º — que os Empréstimos do Governo Federal — EGF, amparem em 100% (cem por cento) do volume recebido pelas Cooperativas e produtores e não em apenas 50% (cinquenta por cento) e 70% (setenta por cento) como vem acontecendo. Com as quebras na atual safra, o montante de recursos para estes Empréstimos não serão superiores ao previsto inicialmente;
- 8º — que se estude a possibilidade de anteceder recursos de Empréstimo do Governo Federal em pelo menos 30% (trinta por cento) do volume recebido na safra anterior, a fim de evitar que o produtor venha entregar seu produto por preço aviltante, pelas necessidades urgentes de recursos;

- 9º — que o produto recebido para semente, receba EGF de 100% (cem por cento), mesmo antes de ser beneficiado como semente. Isto evitará que produtores de semente que se encontram em dificuldades entreguem o produto às Indústrias e Comércio, como também seja estudada a liberação da semente de Soja Padrão B (entre 70% (setenta por cento) e 80% (oitenta por cento) de germinação);
- 10º — que seja reestudada a recente decisão do Conselho Monetário Nacional em reduzir os percentuais de financiamentos de Custeio Agrícola, segundo equivalência do M.V.R. Esta medida restritiva prejudicará seriamente o produtor que se encontra seriamente comprometido. Caso não seja viável, que tais percentuais incidam no custo real de produção e não no preço mínimo;
- 11º — que sejam reestudados os preços mínimos das principais culturas, haja visto que em muitas delas o preço mínimo não reflete o custo real de produção, não permitindo cobrir o custo mínimo de plantio;
- 12º — que sejam tomadas medidas no sentido de que aqueles produtos classificados como BAIXO PADRÃO, tenham acesso ao empréstimo do Governo Federal;
- 13º — que se estude a concessão de crédito de emergência à semelhança do concedido ao trigo, para as principais culturas, a fim de que o produtor possa manter sua família e atividades prioritárias. Crédito este que seria ressarcido em quatro prestações;
- 14º — que o Governo procure uma solução, o mais breve possível, com relação aos produtores prejudicados com as recentes concordatas ocorridas no Estado;
- 15º — que sejam revistas as normas das NPRs, desobrigando os produtores quando da venda de seus próprios produtos. E, que se obrigue, em contrapartida, aos Diretores das Firms, avalisarem as referidas NPRs;
- 16º — que seja estudada a liberação de preço de sustentação para suínos, haja visto dificuldades enfrentadas pelos suinocultores, principalmente com a quebra da produção do milho e do soja;
- 17º — que seja acionado o PROPEC, no sentido de implantação de uma linha de crédito especial, a fim de atender aos bovinocultores pois, a estiagem prejudicou seriamente as pastagens e com a entrada do inverno a situação tende a se agravar. Que as Cooperativas sejam incluídas, também, como beneficiárias do PROPEC.

E acrescentamos mais:

É inconcebível o preço que o agricultor deve pagar e está pagando pelos implementos agrícolas e maquinários, sem falar nas peças de reposição. Há a necessidade imediata e premente de uma fiscalização nos preços, que poderia ser efetuada pela SUNAB. Há também a necessidade urgente de que sejam as Cooperativas credenciadas junto às fábricas, no sentido de que possam revender, tanto maquinário como acessórios, para baratear o custo final, que invariavelmente influirá no custo de produção.

Faz-se ainda necessário:

Apoio ao NÚCLEO REGIONAL DO OESTE, da ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CRIADORES DE SUINOS, no sentido da aquisição de 500 (quinhentas) mil sacas de milho, junto à CFP, para atender à demanda da região, face à perda da safra.

Prorrogação do vencimento dos títulos oriundos da regularização da terra, junto ao INCRA, pelo prazo de dois anos.

Incentivo e prestação de facilidades, no sentido de que todos os proprietários promovam o reflorestamento de parte de cada área, segundo determina a legislação em vigor, sempre obedecendo o plantio de espécies nativas.

Solução imediata e sem mais tardança ao problema gravíssimo que surgiu na região oeste, em decorrência da con-

cordata do GRUPO FRIMESA, fato que inundou a região de Notas Promissórias Rurais, as quais foram descontadas, na Rede Bancária, pelos colonos que as avalisaram e que no momento estão sendo executados ou pelo menos pressionados pelos Bancos, para efetuarem o pagamento de débito que não lhes pertence mas aos quais estão vinculados, mesmo sem dever absolutamente NADA.

Toledo, 13 de março de 1978.

JOSÉ LÁZARO DUMONT

Presidente

OBS: As assinaturas de todos os presentes constam do Livro em que foi lavrada a Ata desta Assembléia."

O SR. LÁZARO DUMONT — Este documento que nós acabamos de ler foi endereçado às autoridades mencionadas e que foi assinado por todos os presentes a esta região.

Queremos, para terminar e antes de conceder o aparte ao Sr. Deputado Jayme Carvalho, dizer o seguinte: que estes dados que estão transcritos nesse documento não são dados parciais, mas sim, principalmente, fornecidos por cooperativas que mantêm um estreito relacionamento com estes mesmos agricultores.

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho — Parabenizo-me com V. Exª pelo pronunciamento nesta tarde, nesta Casa.

Não é novidade para esta Casa a preocupação que V. Exª tem tido para com o lavrador da nossa terra.

Muitas vezes até com a coragem de em sendo do partido do Governo, criticá-lo duramente em defesa do agricultor, o que é raro nesta Casa, com os outros membros do partido governista.

V. Exª está completamente certo. Já que o Governo Federal, não se preocupou com o problema da agricultura, que, pelo menos, nobre Deputado, se preocupe agora o Governo Federal com os sérios problemas porque vem passando o lavrador paranaense.

Como V. Exª eu também estive percorrendo parte desse Estado durante os dias que se passaram e tive a tristeza de ver lavradores desesperados, chorando até. Tive notícia de suicídio, dada a falta de cooperação, de sentimento humano e cristão desse Governo, para com o lavrador que inegavelmente é o soldado do progresso dessa Nação.

Diz-se por aí, Sr. Deputado, de que o Banco do Brasil é a mãe do lavrador e aconteceu em Goioerê, minha cidade, um fato inédito e publicado pela "Folha de Londrina": "um lavrador sem condições de sobrevivência com diversos filhos, pegou seu filho menor, levou à agência do Banco do Brasil em Goioerê e disse ao gerente: Já que o Banco do Brasil é a mãe do lavrador, fique com o meu filho, porque lá em casa, está passando fome."

E deixou o filho, a ponto do gerente ter que mandar o guarda atrás do pai e convencê-lo de que o Banco do Brasil, realmente, não é a mãe. E levar seu filho para a mãe.

Realmente, o Banco do Brasil tem sido, para o lavrador, através do Governo Federal, uma madrasta, daquelas perseguidoras e ruins, a colocar as células rurais do lavrador que não colheu, ao protesto, ou ameaçando de protesto, colocando o lavrador numa situação difícil, ao invés de incentivar, desestimulando. A produção diminuiu mais de 50%. Mais a semente, mais venenos de combate às pragas, mais os implementos agrícolas, triplicaram. Entretanto, por exemplo, o algodão, no ano passado, foi vendido a cem cruzeiros a arroba, o que se repete neste ano. Realmente, o Governo tem que tomar uma iniciativa urgente, muito séria e muito humana. E disse bem V. Exª, quando exige que o Governo forme comissões técnicas para ver, "in loco", o problema do lavrador paranaense; não se pode vê-los por telegramas e nem de helicóptero. Tem que ir ver no local.

A minha região, por exemplo, Goioerê, Ubatã e Nova Aurora, o problema que existe em Goioerê, embora exista em

Ubiratã e Nova Aurora, não é do mesmo nível. De Goioerê para Nova Aurora, ou Ubiratã, tem que se atravessar um rio. Não sei porque, choveu em Nova Aurora e Ubiratã e Goioerê virou um deserto.

Ubiratã e Nova Aurora, produz até cento e cinquenta (150) sacas de soja, por alqueire, enquanto que Goioerê é cinquenta (50), sessenta (60).

Nova Aurora produziu cerca de duzentas (duzentas), duzentas e cinquenta (250) arrobas em diversos locais, de algodão, por alqueire; enquanto que Goioerê faz festa quando consegue cem (100) arrobas por alqueire.

Então, o Governo tem que ir ver no local, para que evite problemas drásticos. Na minha região, Sr. Presidente, Srs. Deputados há o desemprego; já há roubo na cidade; os bóias-frias invadiram e é hora de se despertar o Governo para que acuda, agora mais do que nunca, o nosso lavrador, como bem disse o Deputado Valter Pietrângelo, não prorrogando o prazo mas, perdendo o lavrador das dívidas que ele tem para com o Banco do Estado e Banco do Brasil, já que esse dinheiro é do povo mesmo.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência lamenta informar a V. Exª que seu tempo está esgotado e concede mais um minuto para que possa concluir sua oração.

O SR. LÁZARO DUMONT — Neste minuto que me resta, pergunto ao Sr. Deputado Deni Schwartz se quer fazer uso do mesmo.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Lázaro Dumont, como sempre V. Exª que representa, nesta Casa, o pequeno proprietário, o trabalhador, foi muito bem nessas questões abordadas.

Realmente, a situação é grave e essa gravidade nós já tivemos oportunidade, através das vozes de diversos Deputados, de fazer chegar às autoridades maiores. Mas, eu estou temeroso, Sr. Deputado, de que medidas concretas não venham a ser tomadas. E, exemplifico com um quadro humorístico de um dos últimos programas da TV Globo, quando humoristicamente, os atores davam notícias, notícias que se repetem quase que todo dia neste País. E uma das notícias era exatamente sobre a agricultura paranaense. Quando se noticiava que no Paraná — e veja o desconhecimento da situação real do nosso Estado —, que no Paraná, as enchentes haviam terminado com a lavoura. Dizia, naquele quadro humorístico que enchentes, repito, tinham terminado com a lavoura paranaense, como se esta notícia, todo o ano se repetisse. Nem se sabe, no centro cultural deste País, o Rio de Janeiro, que no Paraná é o contrário, estamos vivendo momentos de seca.

Isto demonstra que os apelos quando vem dos pequenos, quando vem dos políticos não encontra na verdade ressonância.

Veja, Sr. Deputado —, e o tempo é curto. V. Exª citou o caso das NPRs. E eu gostaria de lembrar, que esta Casa há alguns dias atrás aprovou um requerimento por unanimidade, para que no Congresso Nacional obtivesse apoio o Projeto de Lei nº 124, do dia 12 de agosto de 1.975, do Senador Leite Chaves, quando aquele parlamentar já antevia a situação que hoje estamos vivendo.

Eu gostaria de esclarecer a V. Exª — provavelmente já o sabe. Este projeto de lei foi aprovado na Comissão de Justiça, foi aprovado na Comissão de Economia e, quando chegou na Comissão de Agricultura, foi obstado pelo falecido senador Paulo Guerra, de Pernambuco, homem ligado a grupos de banqueiros e que, representando esta classe não teve interesse de prosseguir e ficou engavetado este projeto de lei que acabava com o aval obrigatório do colono; que desobrigava o colono junto às notas promissórias rurais, até hoje. E esta Casa houve por bem, por unanimidade, aprovar um requerimento, solicitando ao Congresso Nacional que dê rápida tramitação para desonerarmos o nosso produtor da responsabilidade das

NPRs. Parabenizo-me com V. Exª pelo seu pronunciamento e espera esta Casa volte a debater o assunto que é de suma importância para o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente ...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exª permite um aparte? (Assentimento). Eu me valho dos 15 minutos que seriam conferidos à Liderança da Arena para fazer um ligeiro aparte a V. Exª se V. Exª assim o permitir.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No horário que é reservado à Liderança da Arena, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, líder da Arena.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado Lázaro Dumont. Gostaria ainda que palidamente, meter a minha colher torta nesta polêmica.

Sem tirar, evidentemente, o mérito de V. Exª e o ardor com que V. Exª tem defendido os trabalhadores rurais e o setor agrícola nesta Casa, gostaria contudo de também apresentar o outro lado da moeda.

Na realidade o problema da agricultura, lamentavelmente é um problema que está basicamente ligado à conjuntura internacional. Não se pode conceder preços mais altos se o mercado internacional não responde a esta expectativa e nem indica que tal procedimento deva ser tomado. Por outro lado, acredito que já é hora de nós abandonarmos uma idéia excessivamente paternal, por parte do Governo, no que diz respeito à agricultura. Sei que o Banco do Brasil é o Banco que no Ocidente mais investe em agricultura. E o que é mais interessante, a juros visivelmente subsidiados. Há portanto, talvez uma deformação do modelo econômico brasileiro, já levantado por alguns economistas, de que a pretexto de se auxiliar, de se fomentar a agricultura, tem se onerado excessivamente o trabalhador urbano, que no pagamento de água, de luz, de serviços públicos, não tem subsídios capazes de fazer com que tenha uma vida mais digna de ser vivida, ou mais folgada.

Eu não quero, veja bem, nobre Deputado, tirar o mérito nem algumas razões que V. Exª apresentou nesta Casa, mas acho que este outro lado deveria ser considerado. Porque na realidade não quero culpar ninguém, a agricultura brasileira não, tem correspondido à expectativa do Governo, a produtividade brasileira não tem melhorado.

Não sei, evidentemente, se por incompetência organizacional das nossas empresas agrícolas ou por cataclismas meteorológicos ou fenômenos diversos, mas a grande realidade é que o Governo tem dado e o agricultor não tem respondido, evidentemente por razões explicáveis que desconheço, não sou especialista, estou apenas constatando um fato.

Acredito que esta minha colocação possa contribuir para que "a posteriori" se fizesse uma análise mais detida do problema agrícola no Brasil, e especialmente no Paraná, terra em que vivemos. Era só e agradeço o aparte que V. Exª tão gentilmente me concedeu.

O Sr. Del Ciel — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu gostaria de conceder, mas antes pediria ao nobre Deputado que me concedesse mais uns dois minutos.

A menos que os dados estejam errados, Deputado Luiz Roberto Soares, porque os técnicos, os balancetes vivem alardeando que a agricultura brasileira participa com 70% (setenta por cento) no global da exportação brasileira. Em segundo lugar...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Os manufaturados já estão acima. O SR. LÁZARO DUMONT — Em segundo lugar, reconheço sinceramente que o Banco do Brasil tem colaborado com a agricultura. O Banco do Brasil se intitula "o maior banco rural do mundo", e recentemente nós vimos nos jornais o Presidente do Banco do Brasil alardear que o Banco do Brasil foi o Banco que deu mais lucro no mundo.

Então, vamos raciocinar: se o Banco do Brasil que é um Banco rural dá mais lucro no mundo, evidentemente que a agricultura não está tão ruim assim, senão não daria tanto lucro como está dando. Segundo aspecto também...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Gostaria de fazer uma pequena retificação ...

O SR. LÁZARO DUMONT — ...também concordo de que ainda nós estamos carentes e precisamos aumentar em grande parte a nossa produtividade. Mas, acontece, nobre Deputado Luiz Roberto Soares, de que isto está nos anais da publicação "O Homem e o Campo" promovido pelo nosso Partido, numa palestra do Senador Teotônio Vivella, de que nós ainda não alcançamos no Brasil 5% (cinco por cento) da área territorial brasileira ocupada com agricultura. Restam 95% (noventa e cinco por cento). Evidentemente que temos as cidades, os lagos, os rios, mas existem áreas enormes.

Se o Paraná, como ainda hoje — se não me engano o editorial da "Gazeta do Povo" traz que o Paraná participa com 25% (vinte e cinco por cento) de toda a produção agrícola nacional, como participou o ano passado, e que nós temos 2% (dois por cento) de todo o território nacional. E mais, se nós analisarmos o nosso Estado, não ocupamos nem a metade dele com ocupação agrícola. Não ocupamos. Isso demonstra claramente que 1% (um por cento) do território nacional produz 25% (vinte e cinco por cento).

E outro caso importantíssimo que se deve dar conhecimento aqui: as propriedades consideradas minifúndios, neste País, isto é, de 20 (vinte) hectares para baixo, produzem, segundo os dados do Senador Teotônio Vilela, 50% (cinquenta por cento) de toda a produção agrícola nacional.

E se levarmos isso até 50 (cinquenta) hectares, são 70% (setenta por cento) da produção nacional, o que comprova, claramente que o que se está precisando, neste País, é sairmos desse marasmo e permitir que, dentro das grandes indústrias, grandes grupos econômicos, bancos etc., usem milhões e milhões de hectares, neste Brasil, exclusivamente na especulação imobiliária.

Então, o que precisamos fazer é, realmente, dar oportunidade a que muitos mais brasileiros, que vivem neste País, que produzam. Porque, enquanto tivermos — não cem (100) mil, como disse o nobre Deputado Valter Pietrângelo — mas, seiscentos (600) mil bóias-frias só no Paraná, saindo de casa às 4,5 horas, voltando às 19:00 horas, não tendo alimentação suficiente e tendo de produzir todo o produto agrícola para comermos, nós efetivamente teremos uma produtividade muito baixa. O que precisamos é dar condições ao homem do campo, porque ele é, realmente, um homem doente, analfabeto, que mora em casebre caindo, que tanto faz chover, fazer frio, ele está sempre exposto, ao tempo, o homem que não tem muita força para produzir e que é obrigado a vender o seu trabalho a 2, 3, 4, 5 cruzeiros por dia, esse homem, nobre Deputado, não tem condições a aumentar a produtividade agrícola de nosso País.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Del Ciel.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exª, posteriormente, me concederá um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Se o tempo permitir e o nobre Deputado Del Ciel não fôr muito extenso, com muito prazer lhe concederei.

O Sr. Del Ciel — Nobre Deputado, que minhas palavras iniciais sejam de aplausos a V. Exª e reconhecimento de V. Exª como autêntico defensor da sacrificada, da humilhada agricultura paranaense, nesta Casa do Povo.

V. Exª foi muito feliz quando, em respondendo aparte do ilustre Líder arenista ter feito relação, anunciado que os grandes, os vultosos lucros, anunciados em ricos banquetes que os bancos estatais promovem, deveriam, realmente, cumprir com suas finalidades, ou seja, abrigar a agricultura nacional, o

que não vem acontecendo, até os dias de hoje.

E eu iria mais além, aproveitaria esta oportunidade para fazer um apelo ao Governo brasileiro que, se não encontrar meios para ajudar a agricultura paranaense, a agricultura brasileira, através de tecnocratas de méritos discutíveis que a seu redor, no setor agrícola, que deixe de atrapalhar a agricultura nacional. Quando à nossa Nação, o nosso Estado, foi feliz na safra de soja, o Governo estabeleceu o já tão anunciado confisco do soja. E o Paraná sofreu um grande prejuízo, o agricultor paranaense, o sojicultor brasileiro, sofreu um grande prejuízo. O Governo fica com a "fatia do leão", no confisco cambial do café, recebendo muito mais por saca do que o homem que produz. Os implementos agrícolas, os tratores que são colocados a preço de ouro, no mercado nacional, são vendidos ao país vizinho, ao Paraguai, com 30% (trinta por cento) mais baixo do que se comercializa no território nacional.

Então são verdadeiras aberrações que vão se conflitando no setor agrícola nacional, impedindo que o Brasil transforme a agricultura no grande petróleo. A agricultura no solo brasileiro é o nosso petróleo. O mundo sofre e anuncia a fome, e os nossos economistas, os responsáveis pela economia nacional, não encontram meios de fazer com que os nossos produtos tenham valor na bolsa do exterior. Mas o Governo deixa de dar um preço justo ao café no mercado nacional e vai comprar café a preço dólar no mercado exterior.

O Governo deixa de incentivar o preço do soja e importa o soja da Argentina. Então, não há filosofia de Governo para a política agrícola neste País, que é mal explorada, que impõe um quadro de sacrifícios para os pequenos agricultores, para os médios agricultores, e para os lavradores que estão sendo transformados em párias da sociedade brasileira. Estão sendo derramados pelas estradas de nosso Estado, em busca de oportunidades nas cidades, edificando grandes favelas.

O meu cumprimento, a minha saudação, o meu aplauso a V. Exª, pelo importante pronunciamento que trouxe a esta Casa nesta tarde.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, eu, me valendo do horário reservado ao meu Partido, peço referência para um novo aparte.

Deputado, eu estava na expectativa que o nobre Deputado Del Ciel fizesse uma colocação mais técnica, mas ele preferiu fazer uma colocação mais política. Eu, evidentemente, já disse a V. Exª que estou solidário. Realmente, a estrutura social brasileira, a grande responsável pelo bóia-fria, exige que seja urgentemente desmontada e que se crie uma estrutura que realmente traga maior justiça social em todos os setores, no urbano e no rural. Todavia, eu gostaria de fazer 3 (três) observações à sua réplica ao meu aparte.

O primeiro em relação ao lucro do Banco do Brasil. Realmente, a mim não me agrada e eu tenho sistematicamente me pronunciado contra os grandes lucros das empresas ou bancos estatais. Mas, é preciso reconhecer que o lucro do Banco do Brasil não adveio de sua linha agrícola. O lucro do Banco do Brasil é resultante de uma série de mecanismos, inclusive porque o poder público deposita quase que a totalidade de seus recursos e isto permite ao Banco do Brasil, operar com uma elasticidade incrível e consegue multiplicar este dinheiro através de várias linhas, principalmente as industriais, repasses, fundos urbanos etc. etc.

Mas, só para que V. Exª faça um comparativo, existe manipulado pelo Banco do Brasil, um fundo nacional de desenvolvimento urbano que empresta dinheiro aos municípios a juros e correção monetária. Dinheiro este que deveria ser aplicado para problemas básicos da população como esgoto, saneamento, habitação etc. etc. Então veja V. Exª que o homem da cidade paga um tributo altíssimo, o que não ocorre com o homem do campo neste particular. Era a primeira obser-

vação. A segunda, é a de que a área ocupada pelos agricultores no Brasil é ínfima, realmente é verdade. O que precisava ser auferido, são as terras agricultáveis, dado que eu, lamentavelmente não disponho, é possível que V. Ex^a disponha, porque sabemos que o solo brasileiro nem sempre é propício a uma implantação agrícola de rentabilidade, porque há áreas topograficamente negativas, enfim, uma série de circunstâncias que têm impedido que se estenda. E tenho comigo, salvo má informação, de que, a fronteira agrícola paranaense está esgotada. Não sei se este dado é verdadeiro, mas tido e havido como tal e, eu presumo que, no Paraná, já não se tenha muito por onde estender a agricultura. V. Ex^a, com mais propriedade, poderá contestar estes dados.

Mas, nobre Deputado, não pense V. Ex^a que eu faço reparos de outra ordem ao seu pronunciamento, já disse e tenho repetido até em conversas privadas, que V. Ex^a nesta Casa, tem sido um autêntico e eficiente defensor dos interesses dos trabalhadores rurais; todavia, a minha ponderação é no sentido de que não se ponha desde logo, o Banco do Brasil no banco dos réus, sem antes analisarmos o outro lado da moeda, conforme eu já disse, porque me parece que o Banco do Brasil, dentro do que é possível, tem feito um esforço realmente notável no que diz respeito à contribuição para o desenvolvimento da nossa agricultura. E V. Ex^a tem razão — é claro que nossa produtividade não pode corresponder, dado o estado de completo abandono e miséria em que vive o nosso trabalhador; agora, me parece que esta miséria é muito mais decorrente de uma estrutura social já secular, do que propriamente em razão do Banco do Brasil. Parece-me não ser, este, o grande responsável por isto, muito pelo contrário, tenho comigo e não tenho interesse algum em defender o Banco do Brasil, nobre Deputado, mas tenho comigo que o Banco do Brasil, tem se comportado magnificamente nesta luta pelo desenvolvimento da nossa agricultura. É claro que há problemas conjunturais difíceis, problemas de preço mínimo por exemplo, e dizia agora o Deputado Del Ciel, de que o Governo fica com a maior fatia. Eu não considero assim, eu acho que o Governo quando banca no mercado internacional, café e soja, eu acho que faz muito bem, para manter, lá fora, às vezes um preço alto, ele tem que se valer de mil mecanismos, inclusive de incentivos da exportação, que, em última instância, é paga por toda a sociedade brasileira, e não apenas pelo agricultor.

São estas colocações que, me parece, deveriam ser feitas nesta tarde, para que fique uma visualização mais ampla do problema.

De qualquer maneira, Deputado, mais uma vez os meus calorosos aplausos pela sua defesa brilhante, dos interesses daqueles a quem V. Ex^a está vinculado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar o nobre Deputado Lázaro Dumont, de que o tempo que lhe fora concedido já se encontra esgotado. Conceda-lhe todavia, o tempo necessário para as conclusões.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeceria se a Presidência me concedesse um minuto, para dizer ao nobre Deputado Luiz Roberto Soares que, apesar da divergência dos nossos pontos de vista, isto não impede que eu o admire como Deputado, assim como o respeito como Líder da nossa bancada.

O Sr. Luiz Roberto Soares — A recíproca é verdadeira.

O SR. LÁZARO DUMONT — E neste minuto que a Presidência me concede, eu gostaria de fazer uma gentileza ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, concedendo, a Sua Excelência, um aparte de 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta mas não pode abrir exceção. V. Ex^a está na tribuna já há 20 minutos, portanto, há 5 minutos além do tempo que lhe é permitido. A Presidência confere a V. Ex^a, tão somente o tempo para as conclusões, nobre Deputado, eis que a Presidência

deve evitar que surjam novos fatos que possam retê-lo na tribuna, além do tempo permitido.

O SR. LÁZARO DUMONT — Peço escusas ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu que devo devolver esta troca de gentilezas.

O Sr. Líder da ARENA se apressou em tomar a palavra, indelicadamente, aliás, quer dizer, com todo o respeito que me merece o nobre Líder, porém não me permitiu falar. Além disto, usou por 5 minutos a mais, e agora a Presidência falou — com todo o respeito que me merece também a Presidência — e que não está sendo democrático, como é o seu uso...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência dificilmente interrompe o orador no seu raciocínio.

A Presidência permitiu que o Deputado Luiz Roberto Soares concluísse o seu aparte — impediu, tão somente, que novos apartes fossem iniciados.

A Presidência, regimentalmente, consulta o eminente Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Enéas Faria, se deseja ocupar os 15 minutos que lhe são reservados. O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, fala pela Liderança do MDB, o Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra, o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminente Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O assunto de V. Ex^a é palpitante e de real interesse, razão pela qual, em nome da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, viemos para mais alguns minutos, falar sobre o tema.

A estatística citada, pode ser interpretada de acordo com a vontade de quem a interpreta.

Realmente, os Bancos brasileiros estão à frente na questão: financiamento agrícola. Mas posso dar outra interpretação a estas estatísticas deste pronunciamento.

Vejam os Senhores, que o Presidente do Banco do Brasil, há poucos dias, afirmou que aquela soma de medidas não atingiu ainda o número de proprietários rurais que deveria atingir, apesar dos montantes dos financiamentos.

Aí o problema a ser discutido.

Realmente, no Brasil, se financiam agricultores ou se financia o homem que produz em equipamentos e insumos? Através da agricultura o que faz o Brasil, é financiar as Multinacionais. São as Massey Fergusson, são as Valmet, e tantas outras multinacionais, que fornecem desde o óleo para trator, até o inseticida. Fico a perguntar: realmente, é a agricultura que está sendo financiada, ou é a indústria? O pequeno agricultor no Brasil não tem financiamento. Essa é a grande verdade confessada pelo próprio Presidente do Banco do Brasil.

Vejam, Srs. Deputados, que as estatísticas podem ser interpretadas de modo como queira aquele que a está interpretando.

No Brasil, uma legislação eletista, uma legislação completamente absurda, permite que os banqueiros, que os grandes grupos dominem — por exemplo a Amazônia — mas não permite que o pequeno agricultor no Brasil continue obrigando centenas de milhares de brasileiros a abandonar sua Pátria.

Com o dinheiro do povo, com o dinheiro de impostos, com o dinheiro do Imposto de Renda, através dos incentivos fiscais, estão aí os Bancos, estão aí as Multinacionais a ficarem donas desse País. Como enquadrar o pequeno agricultor neste contexto?

O pequeno agricultor, que se viu impelido por uma política criminosa a mudar seu tipo de vida, se viu impelido a mecanizar a sua agricultura para consumir o produto das Multinacionais. Como se pode criticar esse pequeno agricultor que foi obrigado a vender sua propriedade, e se retirar para a cidade, porque o Governo infelizmente é eletista. Não pensa no homem,

só pensa na produção.

Lembro, Deputado Lázaro Dumont, e V. Exª é testemunha, da reação violenta, da reação descabida, que esse Deputado recebeu durante o II Simpósio Nacional da Soja, quando propôs a estatização do Comércio da Soja. Oposição feita por quem? Pela nova elite, pela nova burocracia das cooperativas, pelas multinacionais, e seus associados e pelos Bancos. Não se quer realmente, e V. Exª tem toda a razão, que o pequeno tenha condições de sobreviver.

Fala-se na facilidade para financiamento. Qualquer agricultor vai ao Banco e consegue financiamento para compra de um automóvel. Mas não consegue financiamento para uma lavoura, a não ser que penhore, além da produção, a sua terra e sua propriedade. Por isso, discordando do nobre Líder da ARENA, estatisticamente está provado que se o volume de dinheiro aplicado na agricultura é grande, ele não é aplicado para o pequeno agricultor, que é a maioria. Quem o confessa, é o Presidente do Banco do Brasil, ao dizer que a maioria dos proprietários desse País, não tiveram, ainda, acesso às fontes de financiamento. Se o volume é grande, esse volume está sendo desviado e, por incrível que pareça, são esses financiamentos que estão criando bóias-frias. O financiamento dado à agricultura, é que está fazendo com que os mais poderosos tirem o homem do interior, transformando-o em pária nas grandes cidades.

Por isso, aproveitando a possibilidade que a Liderança do meu partido me proporcionou, venho para registrar o apoio ao pedido feito pelas entidades citadas pelo nobre Deputado e dizer, que no Brasil, na verdade, o financiamento não é para o homem do campo; é para a Bayer, para a Esso, para todas as Multinacionais que, mancomunadas com os banqueiros deste País, banqueiros que muitas vezes nada mais são do que prepostos das multinacionais, estão a explorar, não só o homem do campo, mas também o homem da cidade, como verdadeiros escravos. Escravos que são do Século XX, com desvantagens muito grandes, pois são escravos que não precisam, que não necessitam que seu patrão, seu dono os mantenha; se mantêm por conta própria. Ficam num estado quase que vegetativo, só não lhe é permitido uma coisa — morrer. Pois, morrendo, perde-se o escravo. Por isso, não vejo porque se deem loans aos financiamentos à agricultura. Concedo o aparte ao Deputado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a gentileza de V. Exª e também ofereço o meu apoio ao pedido do empenhamento Deputado Lázaro Dumont.

Acho que é hora de se esquecer aquela vinculação de ordem subjetiva, e partirmos para a objetividade do exercício da função que cada homem tem, hoje, na sociedade civil, seja na área política, na área econômica, na área social, na área religiosa; mas, é preciso se pontificar na objetividade. E, na verdade, o trabalhador brasileiro é instrumento de lucro das grandes empresas que manipulam com a nossa economia e que ditam normas, neste País. E o Banco do Brasil, especificamente, realmente, é o que mais investe; investe 75% em agropecuária e 67% das nossas exportações, das nossas divisas de exportações, são captadas nesse setor primário e, realmente, também, é o banco que mais ganhou neste País. Nas agências do exterior, e aí vai uma advertência — as agências do exterior deram um lucro de 207,5% no exercício passado e, aqui, no Brasil, 265% do capital registrado. E este lucro abusivo e excessivo de onde vem? De onde tem o maior financiamento, que é na agricultura. E V. Exª tem toda razão ao denunciar que as multinacionais, os banqueiros, as financeiras, as seguradoras e esta plêiade de nomes daqueles que manipulam com documentos neste País, arrecadam lucros abusivos e excessivos, para passarem férias no exterior, mesmo pagando os vinte e dois mil cruzeiros que são, hoje, exigidos pelo Governo.

E os BNHs, que são dinheiros arrecadados do Fundo de

Garantia do trabalhador, que também é o financiador de toda esta manipulação na ordem econômico-financeira do País.

A conjuntura internacional não é tão agressiva como diz o Líder do Governo; não é tão agressiva ao nosso produto nacional. Porque senão o Governo não teria imposto o confisco cambial. E realmente numa parte eu concordo. Concordo em que nós precisamos de um aprimoramento tecnológico. Nós precisamos ter uma melhor agressividade, uma competitividade no mercado internacional. Mas, ao lado disso, o Governo precisa prestigiar. O Governo não tem que impor o confisco cambial, em limitar os preços, a nível interno, de mercado interno. Não tem que fazer imposições através da SUNAB, porque o óleo de soja já está subindo; e o preço ainda não está a nível de desvalorização que o dólar criou no País.

Não de compreende a política econômica do Governo. E é exatamente, Deputado Deni Schwartz, para estranhar este posicionamento da maior incoerência possível, que venho apartear-lo, para roborar o pensamento expendido por V. Exª da tribuna. Era isto que eu queria fazer.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte.

O Sr. Lázaro Dumont — V. Exª permite um aparte? (**Assentimento**) Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o apoio da valorosa bancada do MDB, primeiramente.

Em segundo lugar, dizer o seguinte, para completar inclusive o raciocínio que eu estava emitindo da tribuna.

O que nós, há muito tempo, e o que a gente realmente deseja com este manifesto, com este trabalho, com estas palavras, é alertar o Governo Brasileiro. Nobre Deputado, vamos supor: — como a maioria do povo do Paraná já acredita que seja até castigo isto que está acontecendo. Vamos supor que nós tenhamos a infelicidade de que este fenômeno aconteça no ano que vem, nesta mesma época, no final deste ano para o ano que vem. Nós somos um País, em muitos aspectos, vulnerável. Se com esta estiagem de três meses, 90 dias, nós já vamos importar arroz, milho, cebola, alho, e se fala também em soja, café; uma série de produtos agrícolas, então o que nós desejamos, o que os nossos órgãos que determinam a política agrícola brasileira devem pensar, é que nós precisamos formar um estoque regulador neste País. Para que, no caso de uma ou duas frustrações de safra, como está acontecendo no momento, que a população brasileira não pague por um ônus elevado. É isto que nós gostaríamos para a agricultura. Porque a terra tem uma obrigação social a cumprir, e ela está pronta a desempenhar este papel. O que se torna necessário é que nós sejamos racionais. E possamos explorar dentro das melhores condições esta oportunidade que a terra nos dá. Porque, dizem os técnicos, que só existe dois tipos de terra: o plano e o quebrado. O resto, é o homem ter um pouquinho de capacidade e tenacidade, que ele consegue tirar. O que nós precisamos realmente, é que as autoridades estejam alertas para se colocarem neste País, um estoque regulador. Para, no caso, como está acontecendo agora, a população brasileira, toda a população brasileira pagar um ônus pesadíssimo como vai pagar. A suinocultura vai sofrer, o preço do milho vai a 150 cruzeiros o saco; o óleo de soja vai a 17, 18 cruzeiros a lata. Então, isto realmente aumenta a inflação neste País. Agora, quem é o culpado? O lavrador? Em absoluto.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) Esta Presidência informa a V. Exª que o tempo se esgotou e lhe concede tempo para as conclusões.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Deputado, eu gostaria antes, de, para deixar esta tribuna, registrar um fato constatado pela Polícia Federal, no Rio Grande do Sul.

É do conhecimento de todos, o fato de que após cálculos efetuados naquele Estado, chegou-se à conclusão de que, se todo o calcário que havia sido comprado com financiamento dos bancos fosse realmente utilizado, o Rio Grande estaria com uma

camada de 15 centímetros de calcário em todo seu território.

Aviões foram fretados para alguns fugirem. Nomes os mais eminentes, correram. Apenas em todas as relações que vi, não tive a oportunidade de constatar sequer o nome de um colono. Todos magnatas, que, com vastas áreas de terra, usaram dos financiamentos para adquirirem terras em outros Estados, no Mato Grosso em especial. Não foi para o agricultor que se deu o financiamento; foi para os grandes grupos, foi para as pessoas que, na verdade, dão a baixa produtividade; que, na verdade, hoje não estão precisando de apelar ao governo, porque agricultores não são.

Verifique-se as listas e verão que realmente não foi o agricultor que conseguiu financiamento para cobrir o Rio Grande do Sul com 15 cm. de calcário. — **(Com revisão do orador).**
O SR. PRESIDENTE — **(Ivo Thomazoni)** A Presidência, ao término da Hora do Expediente, quer fazer um apelo aos Srs. Deputados.

Alguns dos Senhores costumam fazer revisão de seus pronunciamentos nas notas taquigráficas. São poucos, é verdade.

No início da Legislatura, geralmente, o Diário da Assembléia costuma sair praticamente em dia. Por isso, a matéria que sai da taquigrafia vai imediatamente para a composição. Se a revisão feita pelos Srs. Deputados não for, portanto, entregue no dia seguinte após o pronunciamento em Plenário, causará e vem causando transtornos na Divisão de Imprensa.

Muitas vezes, a matéria já está no prelo, sendo entregue a matéria corrigida, há o transtorno, se reformulada, de todo um trabalho no setor de imprensa desta Casa.

Exatamente por isso, a Presidência encarece dos Srs. Deputados, que a revisão das notas taquigráficas seja feita logo após a sessão, dentro do possível, ou, no mais tardar, no dia seguinte, para que o setor responsável para a publicação da matéria no DA da Assembléia Legislativa, possa continuar chegando às mãos dos Srs. Parlamentares e dos interessados com o devido tempo.

A Presidência deve lembrar também que, com um interstício de 24,00 horas, colocará em pauta, amanhã, em discussão única, o requerimento de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, em que solicita 30 dias de licença para tratar de assuntos particulares.

Como se trata de matéria considerada extraordinária, a Presidência somente lembra aos Srs. Deputados de que o requerimento deverá merecer do Plenário, exame.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — **(Pela ordem)** Requeiro de V. Ex^a verificação de "quorum" regimental para a votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — **(Ivo Thomazoni)** A Presidência atende, e tão logo advertidos os Srs. Deputados que possam encontrar-se em seus Gabinetes, no anexo deste Plenário, o Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal para constatação de "quorum".

(Soam os tímpanos)

(É procedida a chamada nominal)

30 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a "CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS

DE IVAIPORÃ", com sede e foro na cidade de Ivaiporã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 146/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Ivaiporã", com sede e foro na cidade de Ivaiporã.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1977.

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, é uma Sociedade Civil de caráter exclusivamente filantrópico e beneficente, que vem contribuindo de maneira incontestável para as obras de caridade e de auxílio aos menos favorecidos na comunidade de Ivaiporã.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o seu reconhecimento público.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 146/77

Do exame da certidão do registro da referida Entidade, lavrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Ivaiporã; do exame de seus estatutos, regularmente registrados com o Corpo Diretor; e da declaração do autor do presente projeto de lei, que destaca o caráter filantrópico e beneficente da Sociedade, verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Muggiati Filho, Relator

O SR. PRESIDENTE — **(Ivo Thomazoni)** Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando trinta dias de licença para tratar de assuntos particulares. Regimentalmente, esta matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão do próximo dia 16, amanhã. — **Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.**

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente. (Assentimento) — Sr. Presidente, para requerer a V. Ex^a preferência para a votação dos requerimentos que se encontram com discussão encerrada.

O SR. PRESIDENTE — **(Ivo Thomazoni)** A Presidência informa a V. Ex^a que, com respaldo no Regimento Interno, V. Ex^a terá que encaminhar o requerimento, que será submetido à apreciação do Plenário. É matéria que exige pronunciamento do Plenário. A Presidência aguarda que V. Ex^a redija o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado à douta Comissão de Constituição e Justiça, sugestão para emenda ao Projeto de Lei n.º 12/78, que dispõe sobre o reajustamento dos funcionários públicos do Estado, e modifica a simbologia de diversos cargos em comissão. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

A Presidência consulta o eminente Deputado Enéas Faria se há inconveniente que se coloque em votação tão somente os requerimentos que pretendem inserção em ata de votos de pesar por falecimento de pessoas gratas.

A Presidência colocará em votação requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, Líder do MDB. Requer preferência de votação para os requerimentos que se encontram com discussão encerrada, e aos demais, observando-se para deliberação a hora

de entrada à mesa. Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria. Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende o que em questão de ordem, V. Ex.^a requer, eminente Deputado. Solicito a observância dos Srs. Deputados, para a inversão na forma de votação.

(É feita a votação).

16 Srs. Deputados aprovam, 5 rejeitam. Não há "quorum".

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, requeiro verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deferido. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e quatro Srs. Deputados responderam à chamada. Não há "quorum" para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, com apoio de 10 Srs. Deputados, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento dos Engenheiros Roberto Anrain, Michel Reydans e Andre Luiz Arruda Bagniewski, bem como do piloto da Vetc, Antônio Fontes, vitimados no acidente com o helicóptero em que viajavam a serviço. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Esteliano Pizzato. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oales Jorge de Almeida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento dos Engenheiros Roberto Anrain, Michel Reydans e André Luiz Arruda Bagniewski. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Engenheiros André Luiz Arruda Bagniewski, Michel Reydans e Roberto Anrain, e do Comandante Antônio Fontes, ocorrido ontem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja instalado, com emergência, um Posto de Saúde no Distrito de Bela Vista do Ivaí, no Município de Fênix. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro da Justiça, consubstanciado em sugestão, no sentido de ser procedido o reexame da decisão que estabeleceu em 80 quilômetros horários, o atual limite e único de velocidade nas rodovias do País, para o fim de se fixar velocidades diferentes para caminhões, ônibus e demais veículos e motocicletas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao DNER, pedido de informações sobre a situação em que se encontra o projeto de asfaltamento da estrada que liga Goioerê a Iporã. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Prefeito Municipal e Srs. Diretores das Autarquias municipais, no sentido de que reconheçam as Associações de Moradores existentes nos núcleos habitacionais mantidos pela COHAB, INOCOOP, COHAPAR, através o BNH, como órgãos

oficiais de representação e defesa dos moradores, estudando com mais carinho suas reivindicações. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a aceleração da conclusão das obras de pavimentação da rodovia que liga Palotina e Terra Roxa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Segurança Pública, a respeito de denúncia de corrupção policial. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de urgenciar o envio a esta Casa, do Estatuto do Pessoal Fisco-Arrecadador, da Coordenação da Receita do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe seja complementada a mensagem pela qual se propõe reajuste de vencimentos aos funcionários públicos estaduais, fixando-se o salário-família nas mesmas bases do reajuste dos servidores federais, ou seja, Cr\$ 81,00 (oitenta e um cruzeiros). — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Finanças, acerca da compra de três (03) "trailers" pela referida Secretaria. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do Art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR no sentido de que sejam realizados estudos de viabilidade para instalação de um monocal telefônico no Distrito de Altamira, Município de Palmital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria da Fazenda, consubstanciado em pedido de informações sobre o ICM. — Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, adia-se para a próxima sessão. Aliás, a Presidência volta atrás, o requerimento foi apresentado na sessão do dia 14 e estava com sua discussão adiada para a presente sessão.

A Presidência indaga se o Sr. Deputado pretende discutir.

O SR. ACCIOLY NETO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Havendo declinado, encerra-se a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 146/77.

DISCUSSÃO ÚNICA — Requerimento do Sr. Aragão de Mattos Leão, que solicita trinta (30) dias de licença para tratar de assuntos particulares.

Fica marcada ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 17, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 153/77

Levanta-se a Sessão.